

tempos novos

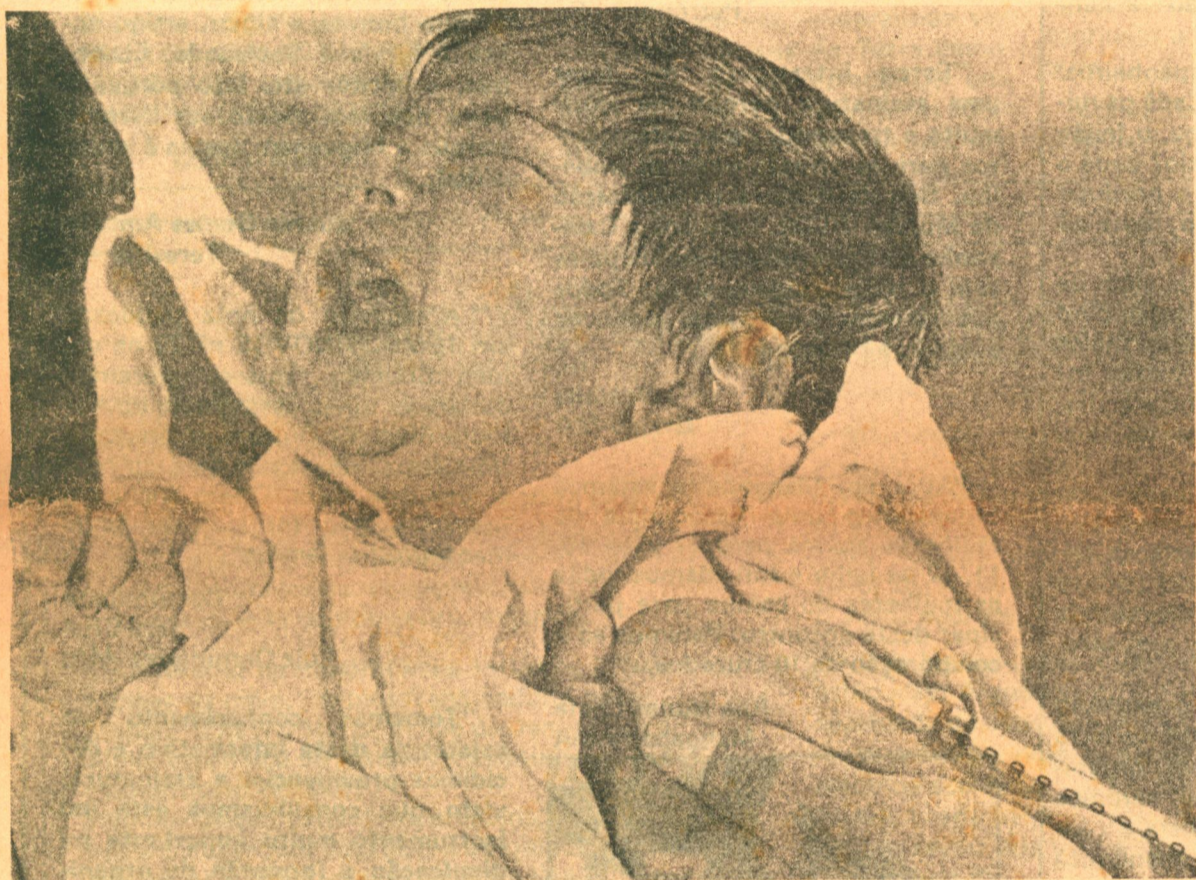
ANO V Nº 30

MAIO DE 1987

Cz\$ 3,00



A saúde está doente!



É isso mesmo! Parece estranho, mas é verdade. Há muitos anos que a saúde adoeceu e o governo não lhe dispensou o tratamento adequado. De mil crianças que nascem no Maranhão, 330 morrem antes de completar um ano de idade. A cada 60 minutos surgem 43 novos casos de malária. A lista dos sintomas é enorme. O próprio secretário de Saúde do Estado, Jackson Lago, reconhece a situação. O Movimento Popular de Saúde, organizado em todo o Maranhão, já apresentou receita para tratar a doença que atinge o sistema de saúde maranhense. Resta saber se vão aplicá-la.

Sem Reforma Agrária, aumenta a violência



Dá de ver que a questão da terra é sempre mais feia. Latifúndio assassinando Justiça ficando alheia. Mas querem os brasileiros ver todos os pistoleiros e mandantes na cadeia.

Você vai ver seu Doutor se não ficar indeciso e arcar com a Reforma Agrária como é preciso. No adulto e na criança o brilho da esperança pendurado no sorriso.

Pra criar na terra fértil transformado em semente viçosa, feito o futuro trabalhando no presente. Com o cuidado e a destreza de quem carrega a certeza no coração e na mente.

Companheiros
trabalhadores do
campo e da cidade,

Em todo o canto do Brasil, no 1º de maio, se comemorou do Dia Internacional do Trabalho. Os trabalhadores fizeram manifestações, atos e passeatas. O governo fez festa. A gente não tinha o que festejar, a não ser relembrar a memória dos nossos mártires. O governo, provavelmente, "celebrou" a entrada e saída de ministros.

Saiu e entrou ministro no Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário e a coisa continuou ruim. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) já avisou que, até o final do ano, a inflação vai chegar na casa dos 400 por cento.

Quem compra uma lata de óleo por 20 cruzados, hoje, vai comprar por 80. O aumento dos produtos não afeta eles. Estão montados nas riquezas que nos produzimos. Mas nós não podemos ficar parados. Não dá para sustentar os nossos filhos com este salário-mínimo. Não dá nem para comprar o feijão-com-arroz.

É aí que eu pergunto, meus companheiros: Para onde vai o que nos produzimos? Cadê os minérios da Serra do Carajás? Cadê o arroz, o feijão e a mandioca? Cadê o peixe e o boi gordo? Cadê o financiamento para ajudar o brasileiro a produzir mais e encher a barriga de todo mundo, more na cidade ou no campo?

Pois bem, os homens lá de Brasília, além de não permitirem o financiamento da produção para o pequeno, estão vendendo bem barato a maior parte do que nós produzimos para os países estrangeiros. Com isso, eles estão pagando a chamada dívida externa. Pelo que tô sabendo cada brasileiro já nasce devedor.

Nós precisamos deixar bem claro para esses moços que não interessa a mudança de pessoas. Interessa a mudança na forma de governar e administrar o país. Nós queremos uma nova política econômica, que atenda aos interesses da maioria da população, que está passando fome, sem casa, sem terra, sem escola...

Não esqueçamos, companheiros, o exemplo do Padre Josimo Moraes Tavares, mártir da terra e da justiça. Somente nós, trabalhadores, organizados em nossos organismos de classe, seremos capazes de modificar esta situação injusta e conquistar, não somente uma nova política econômica e agrária, mas uma sociedade igualitária.

Para encerrar, queria deixar para vocês um pensamento do poeta Bertoldo: "Existem homens que lutam um dia e são bons. Existem outros que lutam um ano e são melhores. Existem aqueles que lutam muitos anos e são muito bons. Mas existem aqueles que lutam toda a vida. Estes são imprescindíveis!"

Um forte e solidário abraço do seu companheiro de luta,

Zé do Maranhão

tempos novos

Publicação mensal das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Escritório Regional da Cáritas, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Pastoral da Mulher, Comissão Justiça e Paz, Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP) e Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR).

Coordenador: Padre Marcos Passerini

Redator-Chefe: Francisco Gonçalves da Conceição (753/DRT/MA)

Diagramação: Iramir Alves Araújo

Administração: Alda Fernandes

Revisão: Clea Gomes

Redação e Administração: Arcebispo de São Luís, Praça Dom Pedro II, s/no.

CEP 65.000 - São Luís - Maranhão.

Correspondência: Caixa Postal 713 - CEP 65.000 - São Luís - MA

Telefone: 222-4243

Composição e Impressão: Gráfica Minerva Ltda.

Assinatura anual: Cz\$ 30,00 (por Vale Postal ou selos novos)

Este espaço é reservado às
cartas dos leitores. TEMPOS NOVOS irá
publicar somente as cartas
assinadas. A redação se reserva o
direito de reduzir as cartas muito
compridas.

"Solicito uma assinatura. Eu a faço como maneira de incentivá-los na propagação do Reino de Deus e na denúncia constante e firme de tudo aquilo que impede o seu crescimento. Continuem firmes..."

Frei Eulálio M. de O. Filho
Petrópolis - RJ

"Estou interessada em fazer uma assinatura porque me ajuda muito a transmitir os acontecimentos para as vítimas onde eu trabalho. Sou da Pastoral da Libertação da Mulher (PLM). Este ano a Campanha da Fraternidade preocupa-se com o menor abandonado. Todos nós sabemos quanto este problema é ligado à prostituição..."

Nozinha
Grajaú-MA

"Aqui em Mangabeira estamos organizando uma Assembléia de Mulheres Rurais para os dias 10, 11, 12 de julho e convidamos todas as mulheres do campo para participar deste encontro. Pedimos só a colaboração de 10 cruzados..."

Rita Nunes Costa
Mangabeira-MA



"Coragem e firmeza nos propósitos de vocês de servirem ao povo de Deus. Tenho duas sugestões: 1º que não se limitassem somente em dar notícias como fazem os outros que não têm nenhum compromisso com o povo. Era bom que fossem feitas algumas análises críticas... 2º que houvesse algum artigo sobre a Igreja e Sociedade, Economia, o Menor etc. Isso porque o povo não tem acesso aos livros e porque a linguagem destes é muito difícil..."

Juarez Gomes Amorim
Teresina -PI

"A respeito da nota publicada em TEMPOS NOVOS nº 29 na coluna Chumbo Grosso, queremos esclarecer que o assassinato de Antonio Alves de Oliveira no povoado Vera Cruz, não tem nada a ver com a luta pela terra. Quem linchou o assassino não foi a comunidade, mas a própria família".

Comunidade
Vera Cruz
Luiz Domingues -MA.

"Tomamos conhecimento da existência deste informativo e decidimos providenciar a assinatura, visto que consideramos este um instrumento muito importante na divulgação e formação da organização do povo pobre e oprimido deste país".

Núcleo de
Documentação Popular
São Leopoldo-RS

bate papo bate papo

Não é fácil manter todo mês um jornal como o Tempos Novos, que não visa lucro, mas apoiar e reforçar a organização e luta popular. Os preços sobem todo santo dia. Hoje, o custo real de um exemplar do Tempos Novos está na base de 10 cruzados. Por mês estamos gastando em gráfica, salários e correios cerca de 80 mil.

No final do mês quem paga a conta? Conseguimos manter o Tempos Novos graças à contribuição e solidariedade de pessoas de outros países. Na Itália, um grupo de jovens de Morbegno, desde a fundação do jornal, realiza promoções para nos ajudar. Este ano, contamos com o apoio da Igreja da Alemanha, através da MESEREOR.

Aqui, no Maranhão, algumas entidades têm ajudado. As assinaturas, que cada um faz e que já são seis mil, também são de grande valia. Primeiro, porque ajuda a cobrir os gastos e, segundo, porque demonstra que o nosso trabalho está sendo útil. Como não aceitamos comerciais, esta colaboração é indispensável.

Tem mais uma coisa. Nós entendemos que o Tempos Novos é um patrimônio das comunidades, pastorais sociais e leitores, por isso, a exemplo dos jovens italianos, vamos nos engajar efetivamente na divulgação do Tempos Novos e na campanha de assinaturas. Além disso, a opinião de cada um é muito valiosa para nós.



igreja

2ª Romaria da Terra

De promessas ninguém vive. É o que está acontecendo com a Reforma Agrária tão prometida. Se for esperar por ela, o lavrador vai morrer mesmo, pelo menos aqui no Maranhão.

É por esta razão que o grito da II ROMARIA DA TERRA do Maranhão será este: "Reforma Agrária: QUEM PRECISA FAZ". Acontecerá em Bacabal no dia 12 de setembro próximo.

DIZ DEUS AO POVO SEM TERRA: "EU TE DAREI ESTA TERRA... TU SERÁS O MEU POVO EU SEREI O TEU DEUS".

(Êxodo 6, 6 - 7)

Animado por esta promessa o povo do Êxodo encontrou forças para caminhar até conseguir o que queria: a terra prometida. Ao longo do caminho uns casaram, outros morreram e muitos chegaram. Foi caminhando que este povo conheceu a importância da união e força de organização. O povo caminhava unido, por isso Deus estava comprometido com ele.

II ROMARIA DA TERRA

No próximo dia 12 de setembro, pela segunda vez, o Maranhão vai realizar a Romaria da Terra como expressão da caminhada de um povo que, no dia-a-dia, tenta conquistar e defender um pedaço de

chão que lhe é negado pela prepotência dos grandes. Como em Vargem Grande, no ano passado, também desta vez o acontecimento irá congrega, de ponta a ponta, milhares de sofridos trabalhadores maranhenses, de corajosas mulheres e jovens do campo para gritar, em nome da fé no Deus dos oprimidos, que REFORMA AGRÁRIA, QUEM PRECISA FAZ. Aliás, a Romaria da Terra será, mais uma vez, a celebração de vitórias já ocorridas neste anos, de tanto chão conquistado com suor e sangue. E será, sobretudo, o compromisso de continuar a conquistar e defender a terra.

Como local da Romaria foi escolhida a cidade de Bacabal porque

ela representa, no momento, a região onde a violência do latifúndio vem sendo derrotada pela teimosia e coragem de tantas comunidades de fé e de luta.

PREPARAÇÃO

Olhando a experiência da Romaria passada é de grande importância que, quanto antes, as comunidades reflitam, se preparem e se organizem para este evento. O jornal Tempos Novos sairá, em julho, em edição especial, oferecendo às comunidades pistas de reflexão e para informar sobre tudo que diz respeito à organização da Romaria. A Rádio Educadora, também, estará dando sua valiosa colaboração.

Para qualquer sugestão ou informação, é só se comunicar com Tempos Novos em São Luís ou com a Paróquia de Santa Terezinha em Bacabal.

Maria e as Mulheres

Natália Soares

Estamos no mês de Maio!
Maio lembra Maria, Mãe, Mulher...

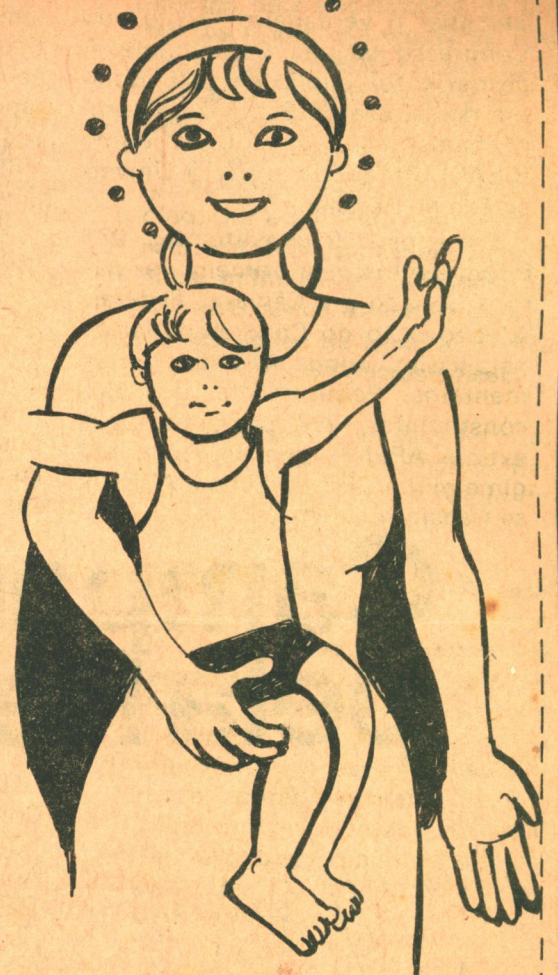
Quantas mulheres-mães-marias passam pela vida e fazem dela uma renovação; uma nova geração. Criam homens que as exaltam ou, então, farão as Marias submergerem no esquecimento, na margem da vida que os gerou. Vejamos:

1- A mulher na História mais antiga, na Bíblia. Mulher do povo, simples trabalhadora. Bela Mulher! Esta é a Maria, a mãe de Jesus. Mas a Bíblia está cheia de Marias-mães-mulheres que lutaram pelo seu povo. Não nos pode passar despercebida, já bem no início da Escritura Sagrada, a atitude de partilha que envolve Eva nessa história tão bonita que nos passa a idéia de fraternidade: o amor da mulher ao seu companheiro oferecendo-lhe do fruto que achou gostoso (Gn. 3, 6 - 7). Continuando a nossa rápida olhada na história desse povo que acredita no Deus libertador, encontramos o milagre realizado com a esterilidade de Sarai tornando-a SARA - Mãe de muita gente (Gn. 7, 15), e a atitude realista do homem amando a sua companheira (Gn. 24, 67); assim como em vida estiveram unidos os seus corpos juntos repousarão sob a terra (Gn. 25, 10). Os dominadores daquele tempo, com medo dos homens, privam as mulheres dos seus mais sagrados direitos: criar os filhos indiscriminadamente do sexo a que pertencem (Ex. 1, 1 - 22). Mas elas reagem, se organizam para conseguirem o que querem e conseguem a vida do libertador, Moisés. A história de Rute ultrapassa o tempo e vem encher de coragem o povo pequeno. Ela era uma mulher pobre, viúva e estrangeira. Juntamente com a sua sogra organiza o plano de reconstituir a família de quem mais tarde vai nascer Jesus. São duas mulheres fracas frente a sociedade, mas tornam-se as verdadeiras colunas para reconstruir o povo de Deus. O livro do Cântico dos Cânticos nos revela o tipo de relação que deve existir entre o homem e a mulher (Ct. 1, 2, 3...8), comparando-o com o relacionamento de Deus com o seu povo. E Oséias compara o povo de Deus a uma mulher (Os. 3).

O Novo Testamento apresenta Maria, a mãe de Jesus, e as outras mulheres sempre como exemplos de coragem e engajamento na caminhada proposta por Deus no seu plano de salvar toda a humanidade (Mt. 1, 18; 2, 13; 2, 16; 2, 19; 9, 18; 12, 46 - 50; 15, 21 - 32; 27, 55; 28, 1 - 8...). E Jesus aparece, primeiro, às mulheres!

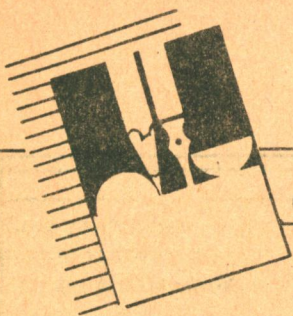
2- E as Marias-mães-mulheres de hoje? Onde estão elas? Algumas vezes marginalizadas pela sociedade de consumo que as usa como manequins, bonecas de prazer; sustentadoras da máquina econômica usam, para a sua supérflua beleza, cosméticos, alguns que foram fabricados com os restos dos seus filhos que não deixaram ver a luz do dia. Outras, muitas outras, engajadas no compromisso com os direitos humanos, com a vida, a qual sem a mulher é impossível acontecer. Assim encontramos a mulher na roça, lutando por um pedaço de chão para plantar, melhorando as condições alimentares da sociedade. A mulher está nos meios de comunicação, nos lares, silenciosamente, embelezando o espaço familiar, tornando a vida mais desejável. Elas estão nas escolas onde se formam os cidadãos de amanhã, mesmo e apesar do baixo salário. Elas estão nos bancos dos réus e nas mesas dos jurados, separadas por leis que não elaboram. Em minoria, estão hoje, no Brasil, representando a maioria absoluta dos oprimidos, na elaboração de leis que, oxalá, venham defender os direitos de quem não tem voz nem vez (homens e mulheres). Uma dica quero deixar aqui para todos. Que tal lermos o livrinho de RUTE? Ele está da metade para o começo da Bíblia. São só quatro capítulos e conta uma história tão bonita que chega até hoje. Quem já leu comente com seus amigos e nos mande dizer o que achou dessas mulheres, que, totalmente marginalizadas, conquistam organizadamente o espaço que se faz necessário à descendência do Rei Davi da qual nasce o Libertador Jesus de Nazaré, o Deus que nasceu de uma mulher!

MARIA MÃE DE JESUS.



COMPANHEIRA DA NOSSA CAMINHADA

Natália Soares faz parte secretariado estadual da CPT-MA.



constituinte

Começam as articulações para fazer valer a participação popular na Constituinte através da "Emenda do Cidadão". A Campanha Nacional pela Reforma Agrária já deu o primeiro passo, que precisa ser imitado por todas as entidades, sindicatos e associações de moradores. Embora o quadro na Constituinte seja adverso aos interesses populares, a mobilização do povo pode mudar essa situação.

A emenda dos cidadãos

O Artigo 23 do Regimento Interno assegura a apresentação de Propostas de Emenda ao Projeto de Constituição por certo número de cidadãos, da mesma forma que cada constituinte pode fazê-lo. O papel da população brasileira, hoje, é fazer valer este mecanismo de participação popular presente no Regimento Interno. Para isso, é fundamental acompanhar os debates e apoiar as iniciativas populares.

Em todo o Brasil, o movimento sindical e entidades populares e de apoio estão articulando a apresentação de várias emendas. A nível

nacional já estão constituídas diversas comissões de luta por saúde, educação, reforma agrária, comunicação etc. A Emenda de cidadãos será apresentada nos 30 dias após a publicação do Projeto de Constituição, que deverá acontecer entre junho e julho.

A Emenda deve ser apoiada em listas organizadas por três entidades associativas, legalmente constituídas, e contar, pelo menos, com 30 mil assinaturas. A assinatura de cada eleitor deve ser acompanhada do nome completo, endereço e os dados do título eleitoral. O Tempos Novos manterá os seus leitores in-

formados de todas as iniciativas, neste sentido, que forem tomadas no Brasil.

Aceita a Emenda, ela passará a fazer parte do conjunto de emendas que terão parecer favorável ou contrário da Comissão de Sistematização e acompanharão o Projeto até a sua votação em Plenário. Cada eleitor só poderá assinar até três propostas de emendas. E cada Emenda tem que abordar um único assunto, independentemente do número de artigos que a proposta contenha.

DE OLHO NA CONSTITUINTE

CALENDÁRIO

Lentidão. Esta tem sido a característica da maioria das sub-comissões da Constituinte. Algumas nem começaram a realizar as suas audiências públicas. Até o final do mês, os relatores precisam apresentar um ponto de vista sobre os temas discutidos. Isto está fazendo com que cresça a dúvida sobre a possibilidade da nova Constituição ficar pronta ainda este ano. O comportamento do próprio deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, confirma esta possibilidade.

DIRETAS JÁ

Este mês, voltou ao debate político a convocação para o próximo ano das eleições diretas para Presidente da República. Puxada inicialmente pelo PT, a campanha conta com o apoio do senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte. O debate sobre a questão começou a ganhar corpo logo após a indicação do novo ministro da Fazenda. Ficou claro, na ocasião, que falta legitimidade para José Sarney continuar governando o País. Pelo menos foi o que afirmou o líder do PMDB.

INDÍGENAS

As nações indígenas estão tentando valer os seus direitos na Constituinte. No dia 22 de abril, lideranças de várias nações indígenas e representantes do Conselho Nacional dos Povos Indígenas na Constituinte entregaram um documento-proposta para o presidente da Assembléia e líderes dos partidos. Imediatamente houve um debate, na comissão responsável pelo assunto, sobre a questão. Foi unânime o apoio dos deputados e senadores à proposta das nações indígenas.

REFORMA AGRÁRIA

Os latifundiários estão, na Constituinte, jogando pesado contra a Reforma Agrária. O senador Edson Lobão, que conseguiu ser eleito presidente da Sub-Comissão de Política Agrícola e Reforma Agrária, está trabalhando no sentido de passar as propostas dos fazendeiros.

Constituinte:

Quem é quem?

Mas, quem são os constituintes? O professor Davis Fleischer realizou uma pesquisa que nos permite perceber o verdadeiro "rosto" do Congresso nacional Constituinte. A pesquisa foi publicada pelo Boletim do Centro de Estudos e Acompanhamentos da Constituinte (CEAC), órgão vinculado à Universidade de Brasília.

Entre os 559 constituintes, 274 foram eleitos pela primeira vez para o Senado e a Câmara Federal. A renovação do Congresso Nacional, assim, atinge 49% dos parlamentares. Politicamente, dos 559 constituintes, 217 passaram pela extinta ARENA, que apoiou o regime militar. Em seguida a ARENA se transformou em PDS.

O perfil econômico dos Constituintes apresenta, por estes dados, que 211 parlamentares recebem a maior parte de sua renda de investimentos e propriedades. O setor comercial é o mais bem representado, com 121 constituintes. Em seguida vem o setor ligado à agricultura, com 91 parlamentares, todos proprietários.

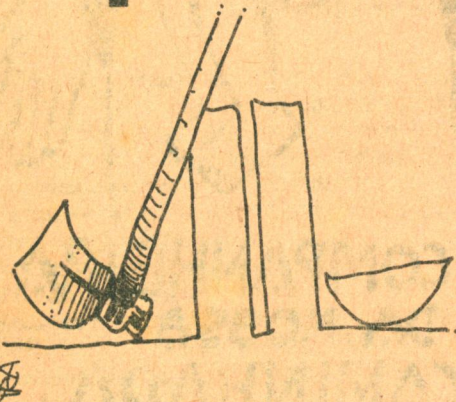
O capital, tanto agrário quanto urbano, é reconhecidamente representado em cerca de 45 por cento dos constituintes. Estes dados são importantes para a gente ter clara a nossa própria capacidade de arrancar conquistas, que só serão possíveis com muita luta e organização de todos os setores populares e democráticos.

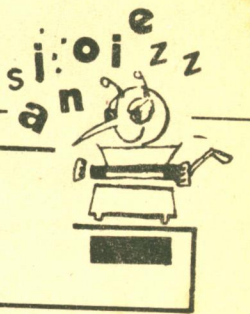


Campanha nacional pela Reforma Agrária

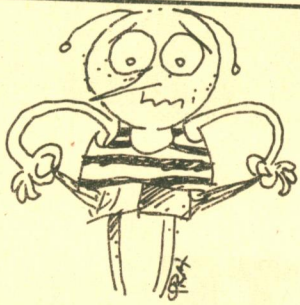
Exemplo de pressão sobre a Constituinte está sendo dado pela "Campanha Nacional pela Reforma Agrária". Dezoito entidades, entre elas a CPT, CIMI e Pastoral Operária, formam a coordenação. Essas entidades reuniram-se no Rio de Janeiro, 20 de março, e aprovaram uma "Proposta de Texto Constitucional sobre a Reforma Agrária", que avança no tratamento constitucional do Direito de Propriedade. Essa proposta foi entregue a lí-

deres dos partidos, parlamentares e imprensa, em Brasília, dia 1º de abril, por representantes das 18 entidades, inclusive Dom Tomás Balduino. Foram feitos contatos com os líderes do PMDB, PDT, PT e outros partidos. Em todos os contatos foi unânime o interesse pelo documento. O 1º Secretário da Constituinte, Marcelo Cordeiro, assumiu o compromisso de encaminhar a proposta para o presidente da Assembléia.





CARAPANÃ



vradores contra os pistoleiros, essa não! Desse jeito é pra todo mundo pegar em armas pra matar? E se for por aí, quem tá com armas mais pesadas? Conselho de carapanã, seu Governador: cuidado com essas e outras coisas.

- Do jeito que as coisas andam, carapanã tá mais liso que quiabo. Enquanto isso, entra ministro, sai ministro e o povo tem que apertar o cinto cada dia mais (mesmo sem pisar em avião).
- Outra noite sonhei que lá em Brasília a Nova Constituição já tava prontinha. Sonhei que os constituintes decidiram jogar no lixo a papelada todinha e decretaram: "Artigo primeiro e único da Constituição Brasileira: TODO PRESIDENTE, MINISTRO, POLÍTICO, ADMINISTRADOR PÚBLICO ETCETERA E TAL TEM QUE TER VERGONHA NA CARA".
- Taí! Foi o que mais faltou nesses anos todinhos e a gente tá pagando o pagando o pato.
- Mudando de pau pra cacete, a TV Globo agora só vive denunciando mordomias, marajás e um bocado de outras coisas. Quem te viu, quem te vê, dona tv... A dita cuja passou vinte anos puxando saco e mamando que nem bezerro e agora tá querendo moralizar o ambiente. Carapanã acha que neste mato tem coelho.
- O cão tá solto de novo nesse Maranhão que virou, por culpa de um punhado de cabras safados, terra de bang bang.
- Mataram um delegado de polícia em SÃO LUÍS GONZAGA e alguns pistoleiros em TURIACU e ARAME e foi aquele bafafá. Ninguém é pra matar ninguém, viu! Mas, perai: nesse tempo todo andaram matando lavrador, torturando, prendendo, queimando povoados inteirinhos e... nem um piu.
- Pe. Josimo, Zizi, Nonatinho, Ferreirinha, Manoel, Fontenelle, Zé Machado e vocês todos que foram assassinados por aí! Onde estão seus assassinos? Será que alguém tá preso por isso?
- Essa não, seu Cafeteira. Se continuar assim carapanã vai entrar pelas janelas do Palácio dos Leões e dar umas ferroadas. Tá certo dizer que o governo não vai mandar a polícia em cima dos lavradores. É obrigação dele. Agora, essa de dizer que a polícia não pode defender os la-

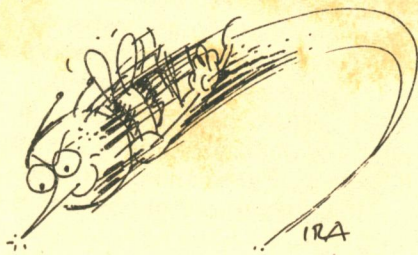
• Pior que AIDS é a UDR.

• Por via das dúvidas é bom tomar nota. Até agora, terra de Reforma Agrária pra lavrador, aqui no Maranhão: nem debaixo das unhas.

• Ainda não tô sabendo se é pra andar mais ligeiro ou pra embananar mais. Só sei que agora no Maranhão foi criada uma nova secretaria só pra cuidar da questão rural. É a Secretaria de Desenvolvimento Rural. Carapanã tá de olho.

• Na Secretaria de Segurança do Estado ainda tem muito gato escondido com o rabo de fora. É o caso do coronel Xavier, essa flor que não se cheira, que continua sendo o Superintendente de Polícia do Interior. (E ainda chamam isso de Nova República).

• As eleições vem aí, seu Naná, vossa senhoria ainda vai ver com quantos paus se faz uma canoa. No grito mais ninguém ganha coisa nenhuma.



• As empresas de ônibus que andam pelos interiores é bom que se cuidem. O povo não tá mais aguentando tanta falta de respeito. Minha nossa! É de fazer raiva e dó. Não tem hora, não tem conforto, pára onde quer, chega quando pode; é um desrespeito total. Um dia desse alguém vai tocar fogo nesses calhambeques. Depois não vão dizer que o povo só quer baderna. Esse recado é pra Taguatur que faz linha pra Barreirinhas, pra Transbrasiliana rumo Balsas e pra tantas outras empresas. Quem avisa amigo é.

• Carapanã achou graça quando leu a nota do prefeito assinada por um punhado de puxa-saco. Tem gente que assinou contra o padre Antônio só pra não perder o emprego e outros que não passam de quitandeiros, assinando como criadores.

• Foi em SÃO LUÍS GONZAGA que uma viúva de lavrador falou curto e grosso pro Ministro da Reforma Agrária: "Senhor Ministro, Reforma Agrária pra nós é orfandade, é viuvez, é derramamento de sangue e dor. Até quando?" Eita povo peitudo!

• Enquanto a Polícia não cria juízo, carapanã continua malhando. É o caso da delegacia de Polícia de NOVA OLINDA. Tô aqui com um montão de queixas pesadas. Prisões ilegais, espancamentos e outras diabruras. Tá na hora de alguém dar um jeito.

• Sempre em NOVA OLINDA tem coisa de CAEMA e CEMAR que não anda direito. Só as contas é que nunca falham.

• O Sinhozinho Malta de TURIACU ainda tá com dor de cotovelo, depois das eleições, e continua metendo os pés pelas mãos. Se algo de errado aconteceu naquela cidade, nessas últimas semanas, é fruto da valentia e prepotência do prefeito.

• Quero saber a quem cabe assinar a carteira dos funcionários da Santa Casa de CURURUPU. Não adianta a administração dizer que tá tudo bom. Tá bom uma ova e carapanã tá por dentro.

• Carapanã tá avisando as autoridades competentes de MANGABEIRAS que a população não tá gostando um pingão do que tá acontecendo com a merenda escolar. Merenda é pra gurizada e mais ninguém. Também essa história de nomear parentes é pra acabar mesmo, viu!

• Tem prefeitos por aí tentando dar uma de bonzinho. Ficaram estocando merenda escolar do ano passado e, na hora que começou a Campanha da Fraternidade, começaram a distribuir pros menores encher a barriga à vontade. Carapanã viu isso em muito lugar. Se não tô enganado, isso se deu também em CARUTAPERA.

• Em que pé ficaram as denúncias da diocese de COROATÁ contra os policiais que andaram judiando aqueles lavradores de CAJAZEIRAS (Codó). Parece que no Maranhão continua ficando o dito pelo não dito.

• A comunidade de SAMBAÍBA continua mandando recados pro

carapanã dar umas picadinhas na administração municipal que tá acabando com a cidade. É uma pena mesmo maltratar este cantinho do céu tão bonito. Olha, pessoal: dizem por aí que a cidade tem o prefeito que merece... sei não! O que eu sei é que tão chegando de novo as eleições. Vamos botar pra quebrar.

• O constituinte Davi Alves (cruz credo!) anda por aí contando vantagens e dizendo ser "o primeiro homem a fazer a Reforma Agrária Urbana no Brasil", lembrando que já deu muita terra a centenas de famílias em IMPERATRIZ. Agora, ninguém sabe onde ele conseguiu tanta terra em tão pouco tempo.

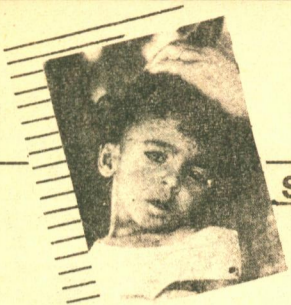
• Bem que carapanã falou que a nova rodoviária de São Luís não ia dar certo. Os coletivos voltaram pra velha estação e já se fala que vão construir outra nova. Parece que nem isso Luiz Rocha acertou.

• Por falar nele, cada dia que passa os escândalos do governo passado espocam mais do que sarampo. Esse é o último: No dia 10 de março passado (cinco dias antes da mudança de governo) foram comprados alimentos pela importância de um milhão e 400 mil cruzados. Naquele dia, no Palácio dos Leões entraram três mil 480 quilos de presunto, um mil 430 de queijo, nove mil 980 quilos de frango abatido, duzentas caixas de óleo, mil e 65 quilos de cebola, seis mil 660 quilos de batata, cinco milheiros de bananas, 33 mil 984 quilos de carne de boi, 49 mil quilos de camarão fresco e um bocado de outras coisas.

• Em dois dias, toda essa fartura, que daria para alimentar os flagelados da seca de 83, sumiu do Palácio. Será que pode.

• Sabe-se quem assinou os recibos. São conhecidos os nomes de quem mandou comprar. O caminhão que entrou e saiu do Palácio do Governo também é conhecido. Só quero saber quando é que essa laia de corrupto, ladrão e canalha vai pro xilindró. Oh! Vontade de mandar essa nova república pra debaixo da ... CALA A BOCA, CARAPANÃ.





Como o Governo do Maranhão está aparelhado para tratar da saúde da população maranhense? Quem responde a pergunta é Jackson Lago, secretário de Saúde do Estado, que reconhece a inexistência de condições para que os hospitais, maternidades e postos funcionem bem. Para ele é "uma vergonha que a grande maioria dos recursos públicos se destine à iniciativa privada, aos hospitais particulares".

A SAÚDE ESTÁ DOENTE



TN – Inicialmente, o sr. poderia fazer um balanço da situação da Secretaria de Saúde do Estado?

JL – Não é muito fácil, assim, de um momento para outro, se fazer um balanço geral da Secretaria de Saúde. Primeiro, as coordenadorias, com algumas exceções, e as diretorias, também com poucas exceções, são apenas estruturas nominais, quer dizer, não existem, não têm estrutura real. O que há é uma estrutura física, grande conforto no gabinete do secretário, lá no térreo uma sala de reunião também confortável e, no entanto, as unidades (centros e postos de saúde, hospitais etc.) não têm condições mínimas para um funcionamento desejado. Para se ter uma idéia, a maternidade da Cohab, em São Luís, tem 120 leitos, duas mesas operatórias e apenas uma mesa de parto. As unidades do Estado mais da metade não funciona. O hospital de Lago da Pedra está prestes a cair. Eu acredito que da rede do Estado e das que estão em funcionamento no interior muitas delas não apresentam mais do que 30 a 40% de prestação de serviço em relação a sua capacidade total.

TN – Como está o funcionamento das Ações Integradas de Saúde (AIS) no Estado?

JL – Parece que a Secretaria de Saúde do Estado do

Maranhão se contentou em implantar formalmente o projeto. Criou 11 comissões regionais interinstitucionais de saúde (CRIS), criou 128 municipais (CIMS) e acha que com isso cumpriu sua tarefa. Não há um acompanhamento dessas comissões regionais, muito menos das comissões municipais. As CIMS não têm participação popular, através das entidades. Na grande maioria os sindicatos e as outras entidades não sabem o que acontece, não sabem quanto chega, não discutem a aplicação dos recursos, não sabem como empregar. Por outro lado, também há muito tempo o Governo do Estado não vem investindo recursos, dinheiro próprio do Estado na saúde e a Secretaria de Saúde então se contentou a viver com os recursos das Ações Integradas, do Governo Federal, INAMPS... e a coisa chegou a tal ponto que deixaram pra nós este ano um orçamento tão pequeno que representa 1,69 do orçamento do Estado, não dá 2%.

TN – Quanto isto representa em dinheiro?

JL – Representa, tirada a parte do pessoal, para as despesas da Secretaria de Saúde mensalmente um milhão e

500 mil cruzados, de janeiro a julho, em agosto três milhões de cruzados, de setembro a dezembro baixa de novo para dois milhões. É mais ou menos o necessário para

funcionar a Maternidade Benedito Leite e o Hospital Infantil.

TN – O que aconteceu com o dinheiro das AIS que foi desviado?

JL – Teoricamente eles diziam que a metade dos recursos eram encaminhados para as CRIS que, por sua vez, repassavam para as CIMS e a outra metade ficava aqui para suprir a falta de recursos do Estado e, também, para comprar equipamentos para as unidades de saúde. Foi feito um levantamento e nós observamos que eles não encaminharam para as CRIS nem os 50% e também não deixaram claro a aplicação dos que ficaram retidos aqui.

TN – O senhor pretende investigar o paradeiro dessas verbas?

JL – Nós achamos que depois de mudada a estrutura administrativa, nós tenhamos que pedir que pessoas especializadas em auditoria procedem um exame do quadro administrativo da secretaria pra nós sabermos realmente como tem sido aplicado o dinheiro que é do povo.

TN – No dia 11 de abril, o Movimento Popular de Saúde e representantes de 35 municípios lhe entregaram várias propostas para melhorar o sistema de saúde do Estado. Há possibilidade de algumas delas serem aplicadas logo?

JL – Nós achamos que sim em algumas questões. Há questões ali muito importantes, aparentemente simples, mas de execução problemática. Por exemplo, agente de saúde, nós achamos uma peça fundamental, é treinado, preparado, alguns deles vêm há muito tempo servindo a comunidade com carinho, com amor, com dedicação. Então, não deveria ter concurso, deveria haver uma indicação das comunidades e, aliás, tem acontecido

sugestões das comunidades nesse sentido. Mas nós estamos impedidos de resolver isso no momento porque acaba de ser anulado um concurso que foi realizado pela própria secretaria de saúde.

TN – E quanto aos postos de saúde? Mais de 70% deles não funcionam.

JL – O que tem havido é uma crise administrativa que leva ao empreguismo, leva à construção que tem dois objetivos: um é o demagógico, de dizer pra população que construiu um posto, sem pensar nos mecanismos de funcionamento daquele posto; e, ao mesmo tempo que engana parte da comunidade, enriquece algumas empresas. Nós achamos que temos que fazer um esforço para que possamos, então, colocar em funcionamento alguns desses postos.

TN – Como o Senhor analisa o fato da maioria dos hospitais existentes no Estado serem da rede privada – 91 contra 33 da rede pública?

JL – É uma vergonha que a grande maioria dos recursos (públicos) se destine à iniciativa privada, aos hospitais particulares. Hoje o que se chama de iniciativa privada são hospitais particulares de pessoas que funcionam como entidades privadas, mas enriquecendo com dinheiro público, com dinheiro que não chega ao Hospital Geral, à CIMS. Nós gostaríamos que o secretário da saúde tivesse mais poder de decisão para reverter esse quadro. Eu acho que a coisa deve ser vista no sentido de que o maior número de entidades participem das CIS (Comissões Interinstitucionais de Saúde), mas isso tem que ser uma conquista nacional, que diz respeito ao mecanismo das Ações Integradas de Saúde.

tempos novos

ANO V MAIO DE 1987 SUPLEMENTO ESPECIAL DO Nº 30



A colonização : 15 anos depois

Nos últimos 30 anos, desenvolveu-se no Maranhão um processo espontâneo de ocupação das terras virgens e devolutas nas bacias dos rios Mearim, Pindaré, Tocantins e Turiaçu. A maioria das pessoas veio tangida pela seca do Piauí e Ceará. Para organizar e regularizar esta ocupação foram tomadas várias medidas, como a criação do Projeto de Colonização do Alto Turi, em 1962, pela SUDENE.

A SUDENE não consegue implementar o projeto. Para tocá-lo para frente formaram, em 1972, a Companhia de Colonização do Nordeste (COLONE), com o apoio do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). A empresa foi organizada como uma sociedade de economia mista, da qual o Governo do Estado, a SUDENE e o Banco do Nordeste S.A. participam como acionários (proprietários).

Na década de 70, o projeto de colonização se transformou numa importante frente de atração de milhares de famílias nordestinas. A área foi ocupada por grandes e médios posseiros. Ao longo da BR-316 nasceram e cresceram povoa-



O sonho acabou?

dos, muitas vezes maiores que as sedes dos municípios localizadas no litoral e na baixada maranhense. A meta era assentar, em 10 anos, 14 mil famílias em lotes de 50 hectares.

Em 1973, a COLONE iniciou o projeto pela sub-área I, onde estão instalados os seus escritórios. A sub-área III ficaria como área de reserva, a ser utilizada no futuro. No entanto, a partir dos anos 70, centenas de famílias começaram a ocupar a sub-área. A colonização começou a acontecer de forma desordenada. Até hoje, a COLONE não conseguiu assentar os posseiros nem retirar os fazendeiros.

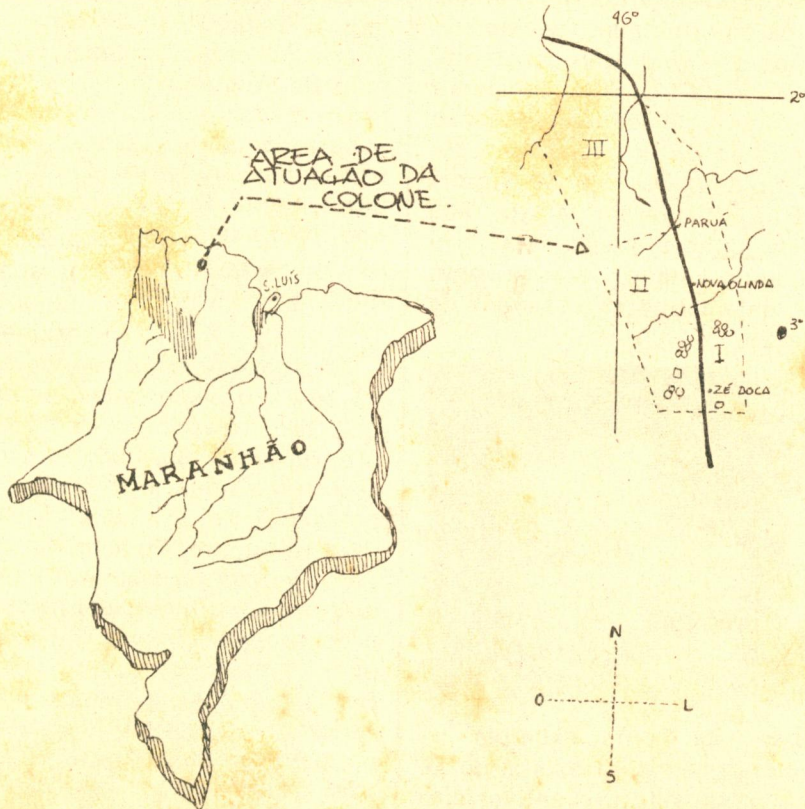
Logo no início do projeto, a COLONE assumiu os seguintes compromissos: a) corte e entrega dos lotes aos colonos; b) abertura de estradas vicinais, ligando os núcleos e quadras à BR-316; c) assistência técnica, escolar e médico-odontológica; d) crédito bancário e financiamento da produção; e) instalação de infra-estrutura adequada para o atendimento de todas estas metas.

Já foram aplicados na região um total superior a 43 milhões de dólares, ou seja, um bilhão e 290 milhões de cruzados. Este ano, o go-

verno deve investir no projeto mais 200 milhões. Para atender os colonos, a Companhia dispõe, em seu quadro funcional, de oito agrônomos, três engenheiros civis, três médicos veterinários e cerca de 50 técnicos agrícolas. Isto só a COLONE.

Apesar dos recursos e da equipe, a COLONE não conseguiu cumprir com as suas metas no prazo estipulado - 1983. O projeto foi, então, renovado por mais cinco anos. Segundo o Pe. Aléssio Moiola, coordenador da CPT da Diocese de Cândido Mendes, "enquanto a sub-área I recebeu o mínimo de infra-estrutura (estradas, escolas, postos de saúde), a sub-área II só foi beneficiada na margem direita da BR".

Agora, depois de 15 anos, cansados de tantas promessas, os colonos, organizados independentemente da empresa, estão exigindo da SUDENE, Governo do Estado do Maranhão e do Banco do Nordeste que cumpram com as metas e objetivos da colonização, que a COLONE explique onde foram aplicados os recursos destinados ao projeto e que se investigue as denúncias de corrupção feitas nos últimos anos.



PROJETO ALTO TURI

No Maranhão, existem três projetos de colonização em andamento: Projeto de Alto Turi, Projeto Integrado de Barra do Corda e Projeto Pioneiro em Buriticupu. O PROJETO DE COLONIZAÇÃO DO ALTO TURI está implantado ao longo da BR-316, que liga as cidades de Belém (PA) e Teresina (PI). São aproximadamente 939 mil hectares, na Pré-Amazônia maranhense, subdivididos em três áreas.

A área, que pertence à COLONE, abrange nove municípios: Cândido Mendes, Carutapera, Godofredo Viana, Luís Domingues, Monção, Penalva, Pinheiro, Santa Helena e Turiaçu. A sub-área I (245 mil hec-

tares aproximadamente) vai de Rosilândia ao Rio Turiaçu. A sub-área II (cerca de 246 mil hectares) fica entre os rios Turiaçu (Turi) e Parauá. Finalmente, a sub-área III vai do Rio Pindaré ao Rio Gurupi.

A sub-área III, com 448 mil hectares, estava destinada, inicialmente, à expansão do projeto. Hoje, também, está sendo, sem o controle da companhia, colonizada. As três áreas eram território indígena. Em 1981, as aldeias existentes nas proximidades da BR-316 foram transferidas para a reserva indígena Urubu-Kaapor, que faz divisa com as "terras" da COLONE, que chegou na região somente em 1972.

É isso aí. Os colonos se cansaram de tanta coisa para fazer a COLONE cumprir com as suas metas. A Companhia, Jonas Morelli, dizer que o atendimento do meio rural e que o trabalho é uma situação. Sofrem na pele a falta de estrada técnica e financiamento. A pesquisa feita por eles comprova isso. Tanto, que os colonos já estão reivindicando o

PROMESSA NÃO

ESTRADAS

As poucas estradas abertas na área de colonização encontram-se, hoje, em péssimas condições. A COLONE deveria ter aberto 762 quilômetros de penetração e 1.524 de rodovias secundárias. Foram feitos apenas 92 quilômetros de penetração e 88 de rodovias secundárias. A diretoria da empresa alega falta de recursos e espera a liberação de verba por parte do BIRD para abrir mais 470 quilômetros.

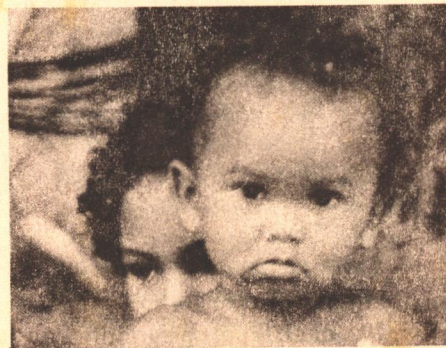
O diretor técnico da COLONE, Jonas Morelli, justifica a postura da empresa: "O BIRD recebeu nossa pesquisa de mercado e todo o conjunto de providências necessárias à construção de estradas trafegáveis o ano todo, inclusive o projeto de engenharia. Só que não aprovou nada até agora. Pagamos um alto tributo por isso e, como se vê, nossos problemas atualmente são de natureza econômica".

Coube ao supervisor de estradas do Banco Mundial, Antônio Ciatati, estudar a proposta da COLONE. As estradas teriam sistema de drenagem, grade elevado, pontes, bueiros. Cada quilômetro custaria em 1986 Cz\$ 700 mil. O banco considerou o preço muito alto e pediu novas explicações. O mesmo serviço, em Rondônia, nas piores condições, está custando, por quilômetros, menos de Cz\$ 300 mil.

No ano passado, os colonos denunciaram à SUDENE que nas sub-áreas II e III mais de 90 por cento das povoações não dispõem de estradas. Muitas comunidades, durante o inverno, ficam isoladas. Na faixa B6, sub-área II, margem direita da BR, rumo à baixada, não existem estradas, apenas trilhas feitas pelos madeireiros. No lado oposto, as únicas existentes foram feitas por particulares.

Saúde

A região, na opinião de Jonas Morelli, importou esquistossomose e já exporta malária. Há grandes riscos de enfermidades, devido aos garimpos e à imigração constante. A diretoria da COLONE considera o seu sistema de saúde e a atuação da Fundação SESP exemplos a serem seguidos. Os colonos discordam. E já articularam para os dias 6 e 7 de junho a ida do secretário de saúde do Estado, Jackson Lago, à área, para conhecer a "saúde" da população.



Jonas cita como exemplo de bom atendimento o Hospital de Zé Doca e o trabalho preventivo feito pela Fundação SESP. De acordo com o Padre Aléssio Moiola, coor-

denador da CPT da Diocese de Cândido Mendes, há de fato um hospital bonito que não tem remédio. A Fundação SESP não corresponde às necessidades locais. Há mais de dois anos não aparece nenhum médico nos postos de saúde. E para completar pararam a construção das unidades L2 em Santa Luzia, Santa Tereza e Maranhãozinho. Não existe assistência médica na Sub-área III e na margem esquerda da Sub-área II.

Quando as pessoas adoecem não há como transportá-las, embora a COLONE disponha de veículos próprios. Na faixa B6, os doentes são carregados em redes. Após percorrer 30, 40 quilômetros, às vezes o doente chega morto na BR. Sem remédio e assistência médica gratuita e de qualidade, os colonos procuram as clínicas particulares, que "cobram os olhos da cara". Em março, por exemplo, o lavrador Antônio Teixeira Moreira, de Amapá, pagou mais de 30 mil cruzados, para o médico Luís Carlos (Clínica Santo André), em Zé Doca, extrair algumas balas do seu corpo.



Há quatro anos, a COLONE deveria ter entregue o título da terra a 14.325 colonos. Não aconteceu. A maioria ainda hoje não conta com o título. Milhares de famílias têm ainda os seus lotes indefinidos e quem paga o agrimensor, na maioria das vezes, é o próprio colono, que faz também todos os serviços auxiliares. Isto, por exemplo, impede o acesso do colono ao crédito bancário.

Promessa é que não falta. Segundo Jonas Morelli, a titulação agora é "prioritária". Foram entregues 874 títulos em Monção, Penalva e Pinheiro. Dentro de um mês deverão ser entregues mais 510. Em Turiaçu e Santa Helena serão distribuídos 1.208 agora e até o final do ano mais 1.170. Para Cândido Mendes, Luís Domingues, Godofredo Viana e Carutapera estão previstas 1.200 até dezembro.

Em 1986, os colonos, em Recife (PE), entregaram um documento à SUDENE onde alertam: "A área precisa ser demarcada em lotes familiares, para evitar a violência e os interesses de grileiros e políticos que tomaram conta do projeto". A empresa defende-se, advertindo que "trabalha sem interesses políticos". O prefeito de Monção, no entanto, abertamente, promove a concentração de lotes.

A empresa admite a irregularidade, conforme Jonas Morelli, para quem "o mercado de terras aviva-se a cada dia e, infelizmente, ao invés de consolidar o pequeno, propicia uma situação em que amanhã só terão vez médios e grandes proprietários, os que têm

dinheiro para financiar suas lavouras". Ainda segundo Jonas, 30 por cento do projeto está ocupado por sem terra e fazendeiros.

Até o final do ano passado, COLONE e INCRA chocavam-se na solução dos problemas do Alto Turri. Das 14 ações ajuizadas (11.040 hectares), oito ações não tiveram suas posses arrecadadas nem foi tomada qualquer providência visando a superar as dificuldades. Outras 70 ações referentes a 90 processos, num total de 49.448 hectares, não tinham emissão de posse, ou seja, continuam na mesma.

Em toda a área da COLONE, de acordo com a pesquisa feita pela CPT da Diocese de Cândido Mendes, com a colaboração do professor José Carlos Sabóia, hoje deputado constituinte, existem mais de oito mil trabalhadores sem terra, muitos, inclusive, vivem como agregados. O processo de agregação começou entre 1972 e 1976, com o assentamento de 3.300 famílias. Hoje, esta situação é muito comum.

Centenas de colonos, sem condições de trabalhar os seus lotes, começaram a ocupar as fazendas na Gleba Maracaçumé, que faz divisa com as terras da COLONE. O levantamento da CPT - Cândido Mendes dá o seguinte quadro: Bom Pastor (mil famílias), Mesbla (630 famílias estão ocupando), Entre Rios e sua filial (700 famílias), Fazenda dos Gaúchos (centenas de famílias) e C.R. Almeida (mais de duas mil famílias ameaçam ocupar).

sa fiada. Estão se organizando para ativos. Não adianta o diretor técnico reser mentém o melhor sistema de l. Os colonos conhecem muito bem a colas, postos de saúde, assistência PT da Diocese de Cândido Mendes aram um documento à SUDENE direitos.

INCHÊ BARRIGA!



Educação

Para a diretoria da COLONE, a empresa mantém um dos melhores sistemas educacionais do meio rural. Só que no papel. A COLONE deveria ter modernizado e ampliado as escolas, qualificado os professores e o currículo, fornecido material e merenda escolar, ajustado o calendário ao ano agrícola e se preocupado com a educação dos jovens e adultos. Não realizou nem a metade disto.

Mais de 60 por cento dos filhos dos colonos em idade escolar não frequentam nenhum estabelecimento de ensino. E cerca de 80 por cento dos adultos são analfabetos. Muito contribuiu para isto o fato das prefeituras não assumirem a contratação e pagamento de professores. Algumas das escolas que foram construídas pela COLONE passaram mais de três anos para começar a funcionar.

Em algumas faixas a situação é dramática. Na faixa B6, Sub-área II, por exemplo, as únicas escolas existentes são aquelas construídas pelos próprios colonos. Os professores são pagos pelos pais dos alunos. Segundo Domingos Albuquerque Paz, tesoureiro do STR de Turiaçu, em alguns municípios os professores não recebem nem a metade da metade do salário mínimo.

Produção Agrícola

No projeto de colonização da COLONE não há financiamentos. Os poucos que existem são para culturas permanentes e não atendem ao pequeno agricultor. Em 1986, foram financiados apenas 120 pimentais, 60 plantações de limão e 200 seringueiras. Estes projetos beneficiaram ao médio produtor e não ao pequeno.

Cerca de onze mil colonos continuarão apenas plantando arroz sem preço, sem técnica, sem insumo e sem transporte. Menos de mil possuem tração animal e a própria cooperativa, instalada há três anos, vive completamente atrelada à COLONE, totalmente desmoralizada, sem a confiança dos próprios colonos.

Projetos e promessas não têm faltado. A COLONE se dispõe a financiar um projeto de pimenta há algum tempo. Junto com as mudas cada colono receberia cinco garrotes. A Companhia, dentro dos prazos, recebeu os recursos. Apareceram algumas mudas. Os garrotes sumiram. Nunca chegaram às mãos dos colonos.

Hoje, cerca de 400 produtores

estão ampliando por conta própria, em Zé Doca, o plantio da pimenta-do-reino. Aventurando-se a lidar com a cultura sem ao menos ter condições de uma boa comercialização. Conforme levantamento da COLONE, eles obtêm em média, por plantação, 15 mil cruzados mensais.

Para Domingos Albuquerque Paz, tesoureiro do STR de Turiaçu, os colonos que conseguiram alguma coisa com a pimenta constituem um pequeno grupo, insignificante no total. Para isso contribuiu a ausência de mecanismos capazes de estimular os produtores especialmente a falta de estradas e financiamento bancário.

É o próprio diretor técnico da COLONE, Jonas Morelli, que reconhece a situação: "O que acontece é que os bancos, inclusive o do Brasil, exigem garantias reais para financiamento da pimenta-do-reino, e a única coisa que aquela gente dispõe são os lotes agora em fase de titulação". Ou seja, os bancos não financiam, porque a COLONE ainda não entregou legalmente os lotes para os colonos.

Madeira

Cabe à COLONE identificar e proteger cerca de 100 mil hectares de florestas ainda existentes na área de colonização. O que se observa, no entanto, segundo os colonos da Sub-área III, é a total inexistência de pesquisas florestais. O próprio Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) quase nada tem feito para proteger as matas. No ano passado, se limitou a cobrar algumas multas em áreas derrubadas, o que por si só não significa nada.

O documento dos agricultores denuncia que 85 por cento da madeira são destruídos pelo fogo na floresta. No seu lugar, termina crescendo o capim furão, que acaba com as roças. Por outro lado, as madeireiras usam e abusam das florestas e pagam uma ninharia para os colonos. O madeireiro que compra um pau darco, medindo 12 metros cúbicos de madeira, por Cz\$ 100,00 consegue vendê-lo sercado por Cz\$ 35 mil.

Os colonos não têm meios para explorar racionalmente esta riqueza. Uma serraria da COLONE, em Cocalinho, na Sub-área I, apodreceu com os seus implementos e quatro outras enferrujaram nos últimos 18 anos por falta de uso, em Zé Doca. Cerca de 500 metros de serrafita ficaram sem serventia. A Colone possui máquinas e caminhões, mas a frota não atende à comunidade. Assim, as reservas florestais estão sendo destruídas.



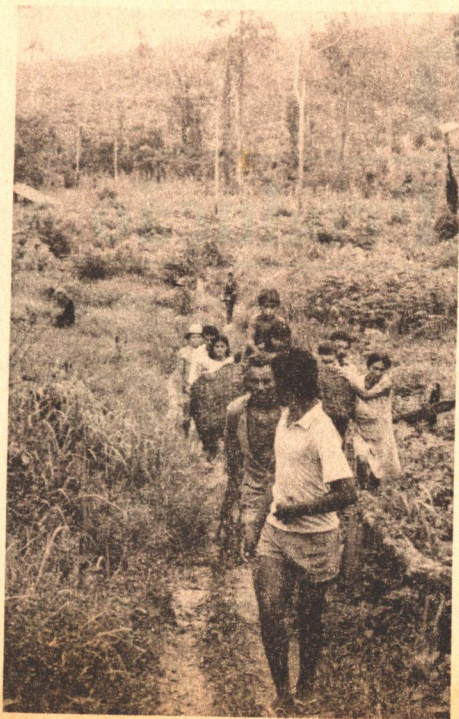
COLONOS – suplemento especial do Tempos Novos nº 30. Foi produzido por Pe. Aléssio Moiola, Domingos Albuquerque Paz, João Teixeira, Júlio, Montezuma Cruz e Francisco Gonçalves da Conceição.

A proposta dos colonos

O que os colonos estão querendo? Querem apenas o atendimento dos seus direitos. No ano passado, no mês de setembro, representantes das quadras e lideranças sindicais das sub-áreas II e III entregaram, em Recife (PE), ao superintendente da SUDENE um documento, contendo as reivindicações dos colonos que, em resumo, são as seguintes:

SUB-ÁREA DOIS

- Que a demarcação dos lotes seja regularizada e completada, respeitando o módulo de 50 ha para cada colono.
- Distribuição dos títulos de propriedade para que se possa garantir a posse da terra e ter acesso ao crédito bancário. Isto possibilitará a melhoria dos instrumentos de trabalho, hoje reduzidos quase que exclusivamente à enxada e ao facão.
- Construção das estradas vicinais e a manutenção regular das poucas existentes, já que sem isso a sobrevivência na região é quase impossível.
- Construção de prédios escolares, manutenção das professoras, distribuição de merenda escolar em todas as quadras e introdução do primeiro grau completo.



No lugar da estrada, a trilha

- Que a COLONE e a FSESP construam mais postos de saúde e garantam o atendimento médico em todas as quadras.
- A assistência técnica, até agora ineficaz, deve ser reavaliada, para que possa contribuir com a melhoria da produção e introdução de novas técnicas de cultivo.
- Tudo isto aqui deve ser realizado com a participação das co-



Sem técnicas, a farinha é um dos poucos produtos da área.

munidades e das lideranças sindicais e comunitárias.

SUB-ÁREA TRÊS

- Verificação no próprio local (quadras e matas) da real situação do pequeno agricultor, considerando as condições de vida, saúde, trabalho, moradia, alimentação, transporte, educação, bem-estar social e econômico.
- Divulgação, por todos os meios possíveis, dos recursos postos à disposição da COLONE nos últimos anos e meses, bem como o destino que foi dado a este dinheiro.
- Os recursos utilizados pela COLONE para fins políticos-eleitorais, apadrinhamento, viagens dos dirigentes, altos funcionários e terceiros devem ser inves-

tigados pela SUDENE, que deve divulgar as irregularidades.

- A execução plena do Projeto de Colonização ou a colocação dos seus recursos diretamente nas mãos dos agricultores, através de pequenos projetos, tipo São Vicente, ou de retiradas mensais. Os 43.700.000 dólares destinados ao Projeto Alto Turi dariam para tornar cada agricultor um aquinhoado membro da classe média.
- Execução do Projeto São Vicente, com a aplicação dos seus recursos na sub-área III, elaborados pelos agricultores.
- Elaboração de um esquema de atendimento e apoio urgente aos SEM TERRA, bem como a solução dos conflitos gerados pela morosidade no atendimento destes trabalhadores.

Organização e luta

Para forçar o atendimento das suas reivindicações, os delegados e os sindicatos das sub-áreas II e III estão articulando um encontro de avaliação do Projeto de Colonização com a participação da SUDENE, INCRA, Projeto Nordeste, Ministério do Interior, FETAEMA, a própria COLONE e outros órgãos. A COLONE, que se comprometeu com a articulação deste encontro, está tentando controlar os delegados e esvaziar a pauta dos assuntos mais importantes.

Os delegados já marcaram a sua posição. Vão segurar a "bola" e o encontro vai ser para avaliar o projeto tim-por-tim, queira ou não a COLONE. Segundo Miguel Alves Fernandes, delegado sindical de Nova Olinda, a empresa, desde o início do projeto, tenta controlar a vontade dos colonos. Inicialmente para impedir o avanço das lutas, a Companhia criou as equipes de representantes de quadras, sob a sua vontade e controle. Não deu certo. Muitos representantes, confor-

me João Fonseca, membro da CPT da Diocese de Cândido Mendes, não se entregaram e defenderam firmemente os direitos dos colonos. Tanto é que de uns tempos para cá, a COLONE andou tentando mudar os representantes de quadra. Para punir os representantes que não venderam, a COLONE, como por exemplo, nas faixas B6 e B3, não fazia nada para beneficiar os moradores. Isto, acredita João, "só serviu para mostrar a cara do bicho".

"Os problemas e as lutas foram nos ensinando a caminhar com os nossos próprios pés", observou Miguel. Para isso muito serviram e servem as uniões de moradores, CEB's, participação no sindicato, os mutirões e as lutas. "Agora - João chama a atenção - estamos nos reunindo por quadras, com a presença dos sindicatos, organizando e articulando os colonos de todas as áreas para que, juntos, a gente possa garantir os nossos direitos, mesmo contra a vontade da COLONE".



- O que vocês acharam de tudo isso? Por que a COLONE não cumpriu com os objetivos do Projeto de Colonização Alto Turi? Isto acontece em outras partes de nosso Estado? Onde?
- Como os colonos devem se organizar para defender os seus direitos? O que os colonos estão querendo? Vocês participam das CEB's, do SINDICATO, Clube de Mães, Mutirão? Por quê?
- Como os outros trabalhadores podem ajudar os colonos na sua luta por estradas, financiamento, titulação, escolas, postos, assistência técnica, melhoria da produção?

Os sintomas da doença

O sistema de saúde do Maranhão é o mais deficiente do país. Isto, somado a outros fatores, faz com que a maioria dos maranhenses viva somente até, no máximo, 51 anos, enquanto em outros países, onde os direitos sociais fundamentais são respeitados, as pessoas conseguem viver até os 70 anos. Também é muito alto o índice de mortalidade infantil no Estado: de cada mil crianças que nascem vivas, 330 morrem antes de completar um ano de idade, de acordo com dados da Secretaria de Saúde.



Cada vez mais aumenta o número de doentes vítimas de endemias como Malária, Esquistossomose, Tuberculose, Leishmaniose e Lepra, doenças que já se tornaram permanentes no Estado. Atualmente, acontecem um caso novo de Tuberculose a cada seis minutos, um caso de Lepra de 30 em 30 minutos e 43 casos de Malária por hora. Só para se ter uma idéia, em fevereiro deste ano, dos 22 leitos existentes em Morros, 15 tinham doentes de Malária e, de Janeiro a março, houve 7.359 casos em todo o Maranhão.

Outro dado assustador é o número de leitos hospitalares: 6.081,

sendo 4.150 da rede privada e 1.931 da rede pública, segundo um levantamento do Ministério da Saúde feito em 1984. A taxa de leitos por mil habitantes é de 1,37 — um leito para mil pessoas. O Maranhão é o estado que possui menos leitos hospitalares, comparado a Pernambuco (onde a taxa de leitos por mil habitantes é 3,13), Rio de Janeiro (3,74), São Paulo (4,1) e mesmo ao Amazonas (2,0). A situação piora ainda mais com a distribuição desses leitos, que obedece exclusivamente a interesses políticos. Dos 80 municípios

maranhenses que possuem leitos hospitalares, São Luís concentra o maior número — 2.111 — para uma população de 729.494 habitantes, enquanto Codó, com 272.144 habitantes, tem apenas 96 leitos. Isto sem contar os municípios que não possuem um leito sequer...

Tão pequeno quanto o número de leitos é o número de estabelecimentos que tratam da saúde. Ainda segundo o Ministério da Saúde, em 1984 havia, em todo o Estado, 266 postos de saúde públicos, 158 centros de saúde públicos e três priva-

dos, dois pronto socorros públicos, 36 unidades mistas públicas e seis privadas, 33 hospitais públicos e 91 privados. Além desse número ser insignificante para um Estado com mais de quatro milhões de habitantes, mais de 70% dessas unidades de saúde não funcionam ou funcionam de forma muito precária, sem infra-estrutura.

Em Poção de Pedras, por exemplo, há seis postos de saúde, mas apenas o da sede funciona. Para os 42 mil habitantes do município, existem três médicos e um hospital municipal com três quartos e dois consultórios, que ainda atendem o pessoal de Esperantinópolis, Igarapé Grande e Lago dos Rodrigues. De 1986 a março deste ano, ocorreram 412 casos de Malária e oito de leishmaniose só na sede do município, onde não há sequer um laboratório para fazer exames. Nos outros municípios a situação não é diferente. Em alguns casos o doente precisa ser carregado na rede até 90 Km para chegar a algum serviço de saúde e muitas vezes ainda acha esse serviço sem condições de atendimento, por falta de equipamentos, médicos, remédios, etc. Muita gente morre nesse Estado por falta de assistência médica.

Tratamento: verbas e democracia

O Movimento Popular de Saúde do Maranhão (MOPS), acompanhado de representantes de 35 municípios, se reuniu com o secretário de Saúde do Estado, Jackson Lago, no dia 11 de abril, em São Luís, para mostrar a real situação da saúde e apresentar propostas para a sua melhoria. Na reunião ficou claro que a saúde vai muito mal e que os serviços de saúde são precários ou totalmente ausentes. Mas também foi visto que os grupos organizados como as parteras leigas, os agentes de saúde, a Igreja etc. prestam um grande serviço à população.

As principais reivindicações são: funcionamento dos postos e centros de saúde; cursos de primeiros socorros e para parteras leigas;

formação de agentes; que a alimentação do INAM chegue às pessoas realmente necessitadas e seja controlada pelas organizações populares; participação efetiva das organizações populares nas CIMS (Comissões Municipais de Saúde); fiscalização rigorosa das verbas para a saúde, combate à Malária; e fiscalização das verbas das AIS (Ações Integradas de Saúde).

Segundo Luíza Huber, do Movimento Popular de Saúde, essas soluções são simples e podem ser aplicadas a curto prazo. Ela acredita que o secretário de Saúde está preocupado em moralizar os serviços de saúde do Estado e disposto a trabalhar em conjunto com a po-

pulação. Entretanto, tanto o MOPS como os representantes dos municípios estão conscientes de que essa mudança depende, acima de tudo, da organização e força dos movimentos popular e sindical.

O Movimento Popular de Saúde do Maranhão está nessa luta desde 1980, articulando as experiências de saúde popular e comunitária, e já atinge mais de 60 municípios em todo o Estado. Nos dias 02 a 05 de julho vai ser realizado o 1º Encontro Estadual de Saúde do Movimento Popular de Saúde do Maranhão. Os contatos devem ser feitos com Mara Augusta Almeida, na Rua da Assembléia, em Imperatriz, ou pelo telefone 221-4098.

Nº DE CASOS DE ESQUIOSSOMOSE NO ESTADO*

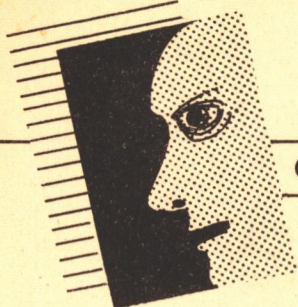
1982 - 14.165
1983 - 12.219
1984 - 8.911
1985 - 13.286
1986 - 9.523
1987 - 87 (de janeiro a março)

* Casos registrados pela SUCAM

Nº DE CASOS DE MALÁRIA NO ESTADO*

1982 - 17.906
1983 - 21.973
1984 - 24.467
1985 - 37.889
1986 - 54.668
1987 - 7.359 (de janeiro a março)

* Casos registrados pela SUCAM



Apresentamos o resultado de um bate-papo da equipe do Tempos Novos com Padre Mário Aldighieri, membro do secretariado nacional da CPT. Ele esteve no Maranhão, no mês de abril, para rever os amigos e discutir com as pastorais sociais a nossa realidade. Entre 1973 e 1980, trabalhou em Santa Luzia do Pindaré e Boa Vista do Gurupi. O assunto não poderia ser outro, senão os caminhos da luta pela Reforma Agrária no Brasil e no Maranhão.

“A Aliança Democrática não está interessada na Reforma Agrária”

O QUE TEM MARCADO, NOS ÚLTIMOS MESES, A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA?

Nestas últimas semanas aconteceram vários fatos no Maranhão que dão a perceber a não realização da “mínima” Reforma Agrária da Nova República: o despejo violento das famílias de Lima Campos; o eterno problema dos campos de Turiaçu e o estardalhaço do prefeito daquela cidade contra o padre Antônio di Foggia, esvaziando o conflito, como se fosse um conflito entre autoridade civil e autoridade religiosa; a morte do delegado regional em São Luís Gonzaga; e a morte de pistoleiros em Arame. A tensão no campo, no Maranhão, está longe de diminuir.

Os motivos são os de todo o Brasil. A Nova República do Governo Sarney e, aqui, o “democrático” governo Cafeteira não estão interessados na Reforma Agrária, não obstante as palavras bonitas a favor dos trabalhadores rurais e das reformas sociais. O interesse é a indústria, o capitalismo, os projetos que permitam investimentos e a agricultura a serviço da indústria. A postura dos “liberais iluminados” contra os “conservadores retrógrados” não deixa muito espaço às reformas sociais para o povo.

O segundo motivo é eminentemente político. Nenhum governo (sobretudo o governo Sarney tão enfraquecido e, em consequência, o governo Cafeteira no Maranhão) vai se colocar contra os latifundiários, a UDR, o poder dos donos de terra. Até o mais tímido plano governamental de Reforma Agrária vai ficar congelado. A afirmação de Cafeteira de não colocar a polícia para resolver problemas de terra, que poderia parecer correta, é, pelo contrário, um aval ao massacre. Massacre de quem tem armas e exércitos particulares, o apoio da polícia e dos delegados locais contra lavradores desarmados que só conseguem se defender ao limite do desespero, dependendo só de si mesmos e sem nenhuma defesa das autoridades e da lei.



E A CONSTITUINTE? POR AÍ NÃO EXISTE UM CAMINHO DE LUTA?

Mesmo a Constituinte é terreno proibido às forças populares. É uma Constituinte de notáveis, de interesses de grupos. Poderia uma visão desta nos levar ao desespero ou ao anarquismo se não soubéssemos que a política é a arte do possível. E é em cima disso que se precisa organizar as forças populares para pressionar os constituintes. A arma das 30 mil assinaturas é fundamental para que passe na Constituinte uma proposta razoável de Reforma Agrária.

Para isto ocorre somar forças: a das centrais sindicais, a dos parlamentares de vários partidos que querem reformas sérias a favor do povo, das Igrejas, dos movimentos populares. Não é hora de particularismos frente à massa dos políticos anti-populares. Plínio de Arruda Sampaio, deputado constituinte pelo PT, escrevendo na Folha de São Paulo, faz algumas semanas, e fazendo a conta dos constituintes que poderiam apoiar as reformas sociais, dá números de clara derrota para as forças a favor do povo. Para ganhar algo será preciso, então, que a sociedade pressione os constituintes com manifestações e propostas.

COMO ESTÃO SE COMPORTANDO AS FORÇAS POPULARES?

Infelizmente, me parece que não só no Maranhão, mas em boa parte do país, estamos dormindo. Grupos partidários levam as forças populares a sair pela tangente, a esvaziar o primeiro de maio, a

assumir como bandeiras de lutas problemas sérios, mas longe de nós, como pode ser a guerra na América Central, deixando assim de lado a Constituinte, os problemas econômicos e a dívida externa. Outros por uma aliança e uma vitória no partido, hoje hegemônico no Maranhão e no país, esvaziam as lutas populares entregando aos políticos e, pior, ao governo do PMDB a obrigação de fazer o que ele não pode e/ou não quer fazer, como a Reforma Agrária, educacional, sindical e de saúde.

QUAL TEM SIDO O PAPEL DA IGREJA NESTA SITUAÇÃO CONCRETA?

Atualmente a CNBB está em clima eleitoral. Quando este número do Tempos Novos estiver nas mãos dos leitores, já teremos a nova presidência da CNBB. Continuidade ou ruptura? Qualquer que seja a solução, me parece que estamos como Igreja perdendo uma chance importantíssima. Estamos num período de vazio de valores. A

Igreja está se ausentando de sua obrigação eminentemente política e evangélica, de ser o espírito profético, a voz crítica, e ao mesmo tempo a educadora para que novas lideranças, preparadas teológica e politicamente entrem na luta. No Maranhão eu vi ainda só as velhas lideranças! Até quando? E digo isso não para que a Igreja se fortaleça em si própria (defeito que acho presente hoje, quase para se defender do caos, para se embrenhar no específico, no religioso), mas para que a Igreja sirva ao Reino de Cristo, no qual acredita e do qual é mensageira.

HOJE, QUAIS SÃO AS PERSPECTIVAS?

É difícil dizer. A curto prazo termos outros pacotes, outras dificuldades para os trabalhadores e outras medidas para que a insatisfação social não estoure. A Aliança Democrática já tocou o seu sino de morte. Todo mundo espera a Constituinte e dela novos elementos para se reestruturar política e economicamente. Infelizmente, não saímos da ditadura com partidos fortes, coesos, com linhas e propostas claras. Continuamos nos jogos das frentes ou das alianças espúrias.

O futuro será de verdadeira democracia se conseguirmos fortalecer os partidos menores, fortalecer os grupos intermediários dos movimentos populares e dar autonomia ao movimento sindical que encontra a unidade ao redor dos problemas básicos do operariado e do campesinato, mesmo no pluralismo das centrais sindicais.



Padre Josimo
10.05.86 *Mártir da Terra*
e da Justiça

Tua presença fica viva
Nos aclarando a memória
Profetizando que a luta
É o caminho da vitória
Pois não há bala ou açoite
Que cale a boca da história

Sabiá da Mata

sindicalismo

Governo recebe sindicalistas

O ENCONTRO ESTADUAL DE TRABALHADORES RURAIS, realizado nos dias 12 a 15 de fevereiro deste ano, contando com a participação da FETAEMA, CPT, CUT, CGT e 285 delegados do movimento sindical dos trabalhadores rurais do Maranhão, decidiu levar ao Governo do Estado sua pauta de reivindicações e sugestões sobre os problemas agrários, agrícolas, educação e saúde.

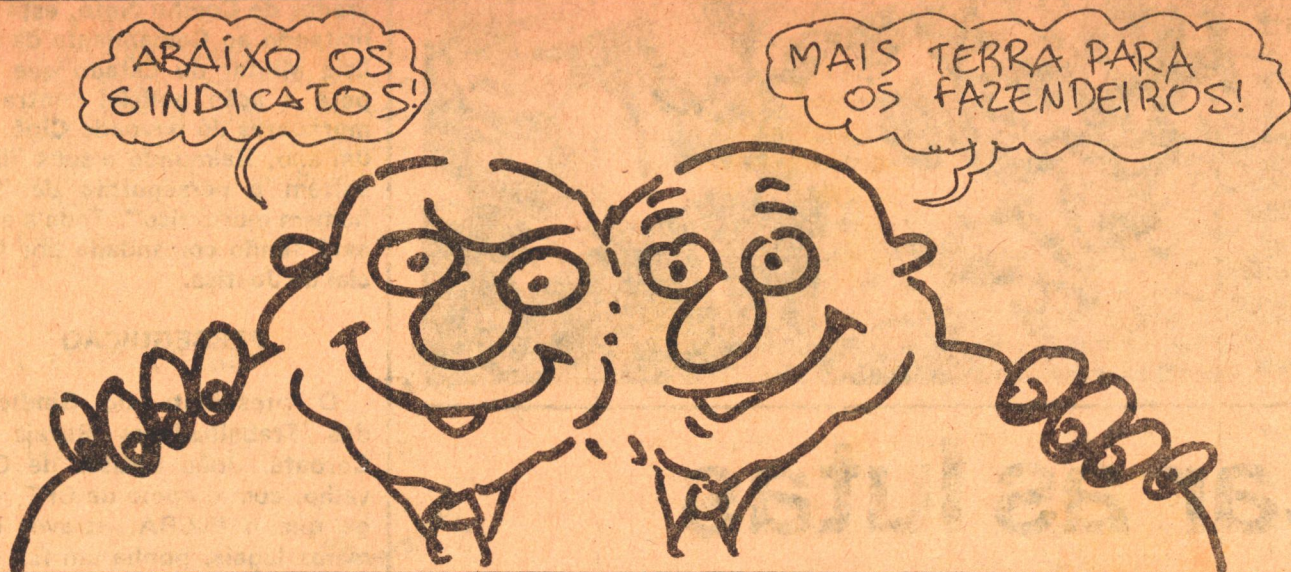
Somente no dia 13 de abril é que uma comissão dessas entidades e de líderes sindicais de várias regiões do Estado é que foram recebidos em audiência no Palácio dos Leões. Apresentaram os resultados e as propostas do encontro e ouviram a posição do Governo sobre os conflitos de terra e a reforma agrária. As entidades e os sindicalistas exigiam do Governo empenho e pressão junto ao Governo Federal e ao MIRAD para efetivação da reforma agrária e a assinatura dos decretos desapropriatórios. Além disso, alertavam o Governo para os efeitos desastrosos e a própria inviabilização da reforma agrária na

região da ferrovia do Carajás, com a instalação de usinas de ferro gusa e de manganês e a fabricação de carvão. Reivindicavam também a mediação dos conflitos de terra, através do ITERMA, juntamente com o INCRA, a fim de evitar despejos e violências contra os lavradores, podendo até requisitar polícia para garantir a ordem e o respeito aos direitos dos posseiros.

O Governo reafirmou sua posição de que a polícia não vai reprimir as lutas dos lavradores e não se intrometerá nos conflitos de terra, porém descartou a possibilidade do ITERMA mediar os conflitos e até de requisitar a polícia para assegurar posseiros na terra. Alertou que isso será atribuição da Justiça. Enfim, "lavou as mãos", deixando a briga entre lavradores e latifundiários. Quanto aos efeitos das usinas siderúrgicas e da fabricação de carvão vegetal, Cafeteira limitou-se a dizer que o desenvolvimento do Estado passa pela industrialização, não podendo ficar apenas com agricultura, não entendendo ou não querendo enten-

der o que tinha sido colocado. Quanto à reforma agrária, para surpresa de todos, porque tinha sido compromisso de campanha, alegou que isso era da competência do Governo Federal e do INCRA e que qualquer pressão deveria passar pelos deputados federais e senadores.

Feita uma rápida avaliação, as entidades e os sindicalistas acham que nesses primeiros momentos do Governo Cafeteira foram conseguidas algumas conquistas, como a retirada da Polícia como força auxiliar do latifúndio. Porém, tiveram algumas grandes frustrações, especialmente quanto à reforma agrária, que o Governo não demonstrou grande empenho, nem mesmo para conseguir a assinatura dos decretos desapropriatórios de áreas de conflitos que já se encontram em Brasília.



DRT e pelego são farinha do mesmo saco

A Delegacia Regional do Trabalho (DRT) tirou, de uma vez por todas, a máscara. O delegado Vicente Ferrer Monteiro está apoiando abertamente os pelegos e se contrapondo à vontade dos trabalhadores rurais de Gonçalves Dias e Imperatriz de construir um sindicato democrático, combativo, comprometido com as suas lutas.

Nos dois municípios, o processo eleitoral, com o pleno conhecimento da DRT, estava se desenvolvendo de forma

fraudulenta. Isto levou as chapas de oposição a tomarem uma posição firme contra as manobras. Foi preciso a oposição sindical garantir a eleição e posse das duas juntas governativa em Imperatriz e Gonçalves Dias.

As juntas foram eleitas, de acordo com a legislação, para organizar e coordenar o processo eleitoral. A DRT, com receio da derrota dos pelegos Nilson Alves de Almeida (Imperatriz) e José Praxedes (Gonçalves Dias) se negou a reconhecer esta decisão. Em

Gonçalves dias, o delegado nomeou uma outra junta com as duas partes, sendo que o grupo de Praxedes ficou com duas das três vagas.

Já em Imperatriz, a situação está mais complicada. Nilson aposta na divisão da categoria. A DRT vive ameaçando a chapa de oposição. Vicente afirma que só resolverá o problema quando a junta eleita pelos lavradores abdicar dos seus direitos. Isto tudo refoça a luta por um sindicalismo autônomo do governo e dos latifundiários.

PINGA FOGO

1º DE MAIO UNIFICADO

Reforma Agrária com a participação e sob o controle dos trabalhadores, fim imediato da sangria provocada pela dívida externa, salário-mínimo real e liberdade e autonomia sindical. Estas foram algumas das propostas defendidas unitariamente pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) no dia 1º de Maio, Dia Internacional de Luta dos Trabalhadores do Campo e da Cidade.

DEMISSÃO INJUSTA

O prefeito do município de Santa Rita, Antônio Muniz de Carvalho, demitiu do cargo de professor de 2º grau do Colégio Professor Urbano Pinheiro, o companheiro Osmar Rufino, agente de pastoral na Paróquia de Santa Rita de Cássia e colaborador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O objetivo do prefeito era o de intimidar Osmar a não continuar apoiando e participando da luta dos trabalhadores. Osmar não se deixou intimidar e avisa: "Quem fica calado é sapo debaixo do pé do boi".

DELEGADO DO TRABALHO

Em São Luís, o delegado regional do trabalho, Vicente Ferrer Monteiro, está simplesmente advogando as causas dos patrões. A denúncia é do presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, Fernando Magalhães. Recentemente, os funcionários da CAEMA, CEMAR e ELETRONORTE estavam exigindo que as empresas cumprissem com os acordos salariais firmados em 1986. O delegado, em vez de fazer cumprir a lei, apoiou as empresas, que estavam desrespeitando os acordos.

CONFERÊNCIA SINDICAL

As centrais sindicais da América Latina e do Caribe vão adotar uma posição contra a dívida externa. Acontece este mês, em São Paulo, a Conferência Sindical Latino-Americana e Caribenha sobre a Dívida Externa. Esta Conferência foi convocada pelas centrais sindicais do Brasil, Uruguai e Bolívia. Para os organizadores, os trabalhadores de todo o continente precisam empreender uma luta conjunta contra os efeitos da dívida.

Lima Campos Esta terra é nossa!

Francisco Ferreira Lima está se considerando o verdadeiro "dono do mundo". No sábado de Aleluia colocou para correr 17 famílias do povoado São José dos Mouras, em Lima Campos, e ameaçou de morte o advogado Francisco Domingos Dutra. Mais recentemente, se contrapôs às decisões tomadas pelo INCRA e ITERMA. Não satisfeito, passou a desferir ameaças contra os diretores dos dois órgãos.

O conflito em São José dos Mouras é bastante antigo. Desde 1985, existe um processo de desapropriação da área. Através do processo, o INCRA propõe a desapropriação de 2.253 hectares. Chico Messias, como é mais conhecido, ficaria ainda com 1.347 hectares. 58

famílias serão beneficiadas. O decreto de desapropriação encontra-se na mesa do Presidente Sarney e depende apenas de sua assinatura.

Para impedir que isto aconteça, Chico Messias, segundo relatório do INCRA e ITERMA, "iniciou a implantação de investimentos em massa na parte do imóvel ocupado pelos moradores, que têm contrato verbal de pagamento de renda". Além disso, o fazendeiro passou a intimidar as famílias e a expulsá-las gradativamente, através de ameaças de morte, destruição das casas e lavouras.

Desta última vez, as 17 famílias expulsas conseguiram que o governo do Estado lhes garantisse

segurança e que os órgãos de terra fossem ao local fazer uma vistoria do imóvel. Depois do levantamento, o INCRA e o ITERMA defenderam "a efetivação do processo expropriatório em caráter de urgência" e a "realização de um acordo entre as partes". Isto é o que Chico Messias não aceita.

Como o fazendeiro se limitou a proferir ameaças e não aceitar nem a mediação dos órgãos de terra num possível acordo, o INCRA e o ITERMA estão ultimando todas as providências legais para garantir os direitos das famílias. Para isso foi preciso, logo após a expulsão, que os trabalhadores rurais tivessem vindo a São Luís, pressionado e acampado na porta do INCRA.



unificar as lutas

Cansados de esperar o cumprimento das metas do Plano Nacional de Reforma Agrária, os trabalhadores rurais decidiram tomar a dianteira. Com o apoio da CPT, está sendo articulada para os dias 3, 4 e 5 de julho, em Santa Luzia do Pindaré, uma reunião com representantes de todas as áreas de ocupação existentes no Estado.

Esta decisão foi tomada no dia 5 de abril, durante um encontro que reuniu os representantes das áreas de ocupação localizadas em Açailândia, Caxias, Grajaú, Coroatá e Santa Luzia. Para os participantes, é preciso que todas as áreas de ocupação se unam e lutem juntas pela desapropriação das terras em conflito.

Atualmente, o maior número de ocupações se concentra no Gurupi, Vale do Pindaré, Tocantins, Coroatá e Grajaú. Existem outras espalhadas pelo Maranhão. Esta foi a única forma encontrada pelos lavradores para terem acesso à terra e impulsionarem a Reforma Agrária, que até agora não saiu do papel e das palavras.

Para participar da reunião de julho, cada área de ocupação poderá, em assembléia, eleger três representantes. No encontro, pretende-se, segundo Padre Gianluigi Zuffellato, organizar uma comissão de luta pela desapropriação das áreas a nível de Estado. Esta foi uma das formas encontradas para superar o isolamento das lutas.

ENCONTRO DE LAVRADORES

Outros municípios também estão tentando superar este isolamento. Nos dias 28 e 29 de março houve um encontro dos trabalhadores rurais de Fortuna, Colinas, Governador Eugênio de Barros, Gonçalves Dias, São Domingos e Buriti Bravo. Participaram do encontro 350 pessoas, entre elas muitas mulheres.

As principais decisões foram: fortalecer a organização sindical; cobrar maior atuação das diretorias dos sindicatos; integrar os povoados nas lutas dos lavradores; ocupar as terras; persistir na luta; incentivar e respeitar a participação da mulher; mudar as diretorias, quando elas não estiverem assumindo a luta.

CHUMBO GROSSO

GRILAGEM

Em Grajaú e Barra do Corda, um fazendeiro conhecido como Vanderley está tentando grilar 100 mil hectares. Mais de 200 famílias moram na área, nas fazendas São José, Imburana, Buritirana, Vargem Bonita, Olho d'Água, Descanso, Flor do Tempo, Irajá, Livramento e Nova. A maioria das famílias possui o título de propriedade e mora na região há 50 anos.

DESAPROPRIAÇÃO

Após 14 anos de luta, os trabalhadores rurais de Palmaral, Remanço, Santa Filomena e outros povoados do município de Esperantinópolis conseguiram pressionar o INCRA a iniciar o processo de desapropriação. Desde 1973, os lavradores lutam com o grileiro Miguel Bento, do Ceará.

POLÍCIA MILITAR

Sem ter a quem recorrer, Raimundo Januário da Silva, lavrador de Coelho Neto, está solicitando ao Comandante da Polícia Militar do Estado que impeça a ação policial contra os moradores do povoado Cipó. Há um ano, Raimundo e seus filhos sofrem a perseguição de "um homem muito rico". Toda a ação está sendo comandada por Oficial de Justiça.

PERSEGUIÇÃO

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coroatá, João Batista de Carvalho, com o apoio da CPT, exige que o INCRA, através dos meios legais, ponha um fim nas perseguições que o grileiro Francisco Carneiro move contra o lavrador André Faustino Alves dos Reis, no Centro do Chico, na Gleba Marajá. O ITERMA também já foi avisado.

RESISTÊNCIA

No município de Santa Rita, 14 famílias, no povoado Santa Filomena, estão resistindo com muita dificuldade à grilagem. O grileiro, vindo do Ceará, quer expulsar as famílias que vivem na área há mais de 40 anos. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais comunicou ao INCRA a situação e está exigindo uma solução para o conflito, já que as famílias precisam trabalhar em paz.

Sem Reforma Agrária, aumenta a violência.

"Casa de ferreiro espeto de pau", diz o ditado popular. Na terra do Presidente da República a situação está bastante grave. O próprio governador Epitácio Cafeteira reconhece que "se o INCRA não interceder, este Estado se transformará num mar de sangue". O conflito no campo piorou no último mês com a morte do delegado regional de Polícia de Bacabal, Paulo Augusto Melo, no dia 1º de abril, em Lago do Boi, município de São Luís Gonzaga, e com as mortes de dois jagunços do prefeito de Turiaçu, Narciso Antônio Naná Fonseca, no lugar conhecido como Capoeira do Gado, no dia 12.

Os dois fatos estão sendo utilizados pelos latifundiários para exigir do governador uma posição firme contra a luta dos trabalhadores rurais. Os policiais aproveitam o momento para cobrar dos governantes "armas" e "verbas". Tentam caracterizar a Igreja e o movimento sindical como os grandes "vilões" da história, embora os fatos sejam bem diferentes do que está sendo dito. A União Democrática Ruralista (UDR), junto com o deputado Davi Alves Silva, procurou o governador e solicitou a polícia para expulsar das fazendas da região tocantina todos os posseiros e sem terra.

QUEM MATOU
O
DELEGADO?



Em Lago do Boi, dezenas de famílias há mais de três anos sofrem a perseguição de Chico Galalau. Tem sido constante, na região, a ação dos pistoleiros. Tudo leva a crer que a morte do delegado Paulo Augusto Melo ocorreu em consequência de um arranjo, montado para provocar um confronto entre a polícia e os lavradores. No dia 1º de abril, os posseiros foram informados, por duas pessoas desconhecidas, que "um bando de pistoleiros" iria atacar e tocar fogo no povoado. No mesmo momento, o delegado era informado, em Bacabal, que os lavradores haviam fechado as estradas da localidade.

Imediatamente, o delegado partiu para o local. Desceu do carro disparando para cima. Os lavradores correm para o mato. O delegado e os policiais seguem atrás. É feito um disparo. O delegado cai morto. A surpresa é geral. As investigações, conduzidas com "eficiência" e "rapidez", resultaram na prisão de dezenas de lavradores, dentre os quais três são barbaramente tor-

turados - Solon Miranda da Silva, João Batista de Almeida e José Pereira da Silva. O delegado responsável pelas investigações, Raimundo Nonato Paixão, estava a par das arbitrariedades da polícia, embora tenha negado os fatos.



Doze dias depois aconteceu as mortes de Rosivaldo Carneiro Castro e Raimundo Salviano Rodrigues. Na tentativa de confundir a opinião pública, "o prefeito municipal armou um verdadeiro festival de calúnias", segundo o bispo da Diocese de Cândido Mendes, Dom Walmir Alberto Valle. Desde 1978, Narciso Naná, junto com outros pecuaristas, vem tentando se apropriar e apossar de terras e campos comunais, secularmente ocupados por pequenos agricultores e criadores descendentes de escravos. O seu intento encontra forte resistência nos lavradores e na ação pastoral da Igreja local.

No mês de março, embora a área estivesse "sub judice", o prefeito voltou a insistir no seu propósito. Pistoleiros, chamados de "vaqueiros" por Naná, passaram a provocar ostensivamente os trabalhadores rurais. No dia 12 de abril, na quitanda de dona Francisca, em Capoeira do Gado, os dois pistoleiros se encontraram com um grupo de lavradores. Após beberem algumas doses, Rosivaldo começou a disparar contra Rosildo Roxo Teixeira, Raimundo Roxo, João José dos Santos Rocha e José Roberto Ribeiro, todos menores de idade. O fato desencadeou uma reação imediata nos demais lavradores e os dois foram mortos. Para tentar encobrir os fatos, o prefeito passou a acusar o Padre Antônio di Foggia de "agitador" e "perturbador da ordem pública".



Agora, os dois acontecimentos estão sendo explorados no sentido de intimidar a ação pastoral da Igreja e do movimento sindical. Esperam, com isso, justificar a

pistolagem e a repressão no campo. A onda de intimidação é geral. Fazendeiros ligados à UDR, em Bacabal, ameaçaram de morte o constituinte José Carlos Sabóia e os deputados estaduais Juarez Medeiros e Conceição Andrade, por estarem apoiando a luta pela Reforma Agrária. Em Imperatriz, também foram ameaçados de morte o bispo da Diocese de Carolina, Dom Alcimar Magalhães, e o Padre Raimundo Nonato. A denúncia foi feita pelo presidente do STR de João Lisboa, Cosme, recentemente preso por apoiar uma ocupação de terra em seu município.



O GOVERNADOR AINDA ESTÁ
EM CIMA DO MURO.

A posição do governador, aparentemente firme, na prática tem se mostrado uma "faca de dois gumes". Afirma, por exemplo, que "a polícia não baterá no povo", mas mantém no cargo de superintendente de Polícia do Interior a mesma pessoa - Coronel Francisco Xavier - que comandou, nos últimos quatro anos, a repressão policial no Estado. Se compromete a fazer "a Reforma Agrária do Presidente Sarney", que ainda não saiu do papel, e avisa a UDR que os conflitos cabem à "Justiça" resolver. Procurado no dia 21 de abril, por 17 famílias de Lima Campos, expulsos de suas terras, prometeu segurança, mas observou logo que nada poderia fazer com os pistoleiros.

SE O GOVERNO
NÃO OFERECE
SEGURANÇA,
A GENTE SE
DEFENDE.



Em todo o Maranhão, circulam livremente grupos de pistoleiros, verdadeiros exércitos, a serviço do latifúndio. Protegidos pela impunidade e a omissão ou mesmo cumplicidade das autoridades, os pistoleiros têm cometido toda sorte de abusos. Em Grajaú, na Fazenda Viamão, dois pistoleiros violentaram uma mulher, que em consequência veio a falecer. Fatos como este são comuns. Os jagunços os fazem no sentido de provocar e intimidar os lavradores. Em Grajaú, um grupo de trabalhadores reagiu, o que resultou na morte dos dois pistoleiros. Se o Governo não oferece segurança, só resta os lavradores se defenderem.

O que podemos esperar do governo Cafeteira?

José dos Santos Costa

O Governo Cafeteira enfrentou, em seu primeiro mês de mandato, alguns fatos de violência agrária e policial, ao mesmo tempo em que recebeu várias pressões dos latifundiários, da UDR, dos trabalhadores rurais, da Igreja e de políticos. Isso tudo levou o Governo a deixar bem clara sua posição e seus limites.

Foi no primeiro mês de governo que ocorreu a prisão ilegal e o espancamento do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de João Lisboa pelo Delegado Regional de Bacabal, Dr. Paulo Augusto de Melo, por lavradores, em São Luiz Gonzaga; a morte de dois vaqueiros e a tentativa de morte e lesão corporal de quatro lavradores na região de conflito fundiário dos campos, em Turiaçú; o despejo de 19 famílias de lavradores e a ameaça de morte do advogado Dutra e outros membros da Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos; denúncias de "invasões de terra" na região tocantina pela UDR.

O Dr. Sebastião Cabral foi afastado imediatamente pelo Governador Cafeteira da Direção Regional da Polícia em Imperatriz. Em São Luiz Gonzaga, apesar das promessas em contrário do Governo e do Secretário da Segurança Pública, que esteve em Bacabal, vários lavradores foram presos, espancados e humilhados, sem que nenhuma medida ou punição fosse tomada para reparar os abusos e violências policiais. As famílias despejadas de "São José dos Mouras" retornaram a Lima Campos e às suas terras, com o apoio do ITERMA e do INCRA, embora o Governo Cafeteira

não quisesse colocar policiamento para garantir esse retorno. Quanto as "invasões" na região tocantina, o Governo apurou que não passa de tentativa dos latifundiários para reprimir a luta dos lavradores daquela região. Em Turiaçú, diferente dos anos anteriores, onde ocorria prisões indiscriminadas e torturas, o inquérito transcorreu sem grandes incidentes.

Nesse período de governo, Cafeteira recebeu em audiência um grupo de latifundiários da UDR da região tocantina, acompanhados dos deputados Davi Alves Silva e Raimundo Cabeludo. Denunciavam "invasões de terra" e pediam à polícia para garantir suas propriedades. O Governador disse que a Justiça é que julgaria se era ou não invasão de propriedade e que a polícia não entraria em conflitos de terra. A UDR saiu descontente.

Recebeu em audiência uma comissão composta da FETAEMA, CPT, CUT, CGT e líderes sindicais das várias regiões do Estado, quando estes entregaram os resultados do "Encontro Estadual de Trabalhadores Rurais", realizado entre os dias 12 e 15 de fevereiro do corrente ano. Aproveitaram a oportunidade para debater e saber do posicionamento do Governo em relação à Reforma Agrária e à violência no campo.

Depois de tudo, ficou clara a posição do Governo Cafeteira em relação aos conflitos fundiários e à Reforma Agrária, deixando o movimento sindical dos trabalhadores rurais e a Igreja ainda muito pro-



cupados com alguns posicionamentos:

- a) A polícia não deve mais reprimir os lavradores, inclusive as ocupações de terra;
- b) A polícia não vai mais se intrometer em conflitos de terra, cabendo à Justiça a decisão de quem tem direito à terra nesses casos e não ao Governo Estadual, suas Secretarias e o ITERMA;
- c) O Governo do Estado não colocará a Polícia a serviço dos latifundiários nem na defesa dos lavradores quando ameaçados de despejos ou expulsos da terra. Só a justiça poderá garantir esses direitos;
- d) A Polícia só entrará nos conflitos de terra quando requisitada pela Justiça para garantir o cumprimento das decisões judiciais;
- e) O ITERMA só entrará nos conflitos fundiários, quando a terra for devoluta, para garantir os posseiros na terra e regularizar suas posses;
- f) Os conflitos fundiários, em

terras de propriedade particular, caberá ao INCRA o encaminhamento de soluções, como a desapropriação;

g) A Reforma Agrária será tarefa do Governo Federal e do INCRA, afirmando que a pressão para que ela se efetive deve ser não de seu Governo, mas dos deputados federais e senadores.

h) A Polícia, na apuração de quaisquer crimes no campo, deve fazer os inquéritos na forma da lei, sem abusos, prisões ilegais e espancamentos.

Em uma rápida avaliação desse posicionamento, tem muita coisa que são compromissos de campanha e que o Governo está cumprindo. Porém, alguns desses posicionamentos do Governo preocupam por demais e desrespeitam as próprias promessas de campanha, principalmente quanto à reforma agrária e de não colocar a Polícia contra os grileiros que tentam expulsar lavradores da terra.

José dos Santos Costa é assessor jurídico da CPT-MA.

UDR procura apoio no governo

O Governador Cafeteira recebeu no Palácio dos Leões, no dia 13 de abril, uma comissão de latifundiários e membros da União Democrática Ruralista da região tocantina, liderada pelo pecuarista Moacir Resende, e acompanhada dos deputados Davi Alves Silva (PDS) e Raimundo Cabeludo (PFL). Pediam a participação da polícia do Estado na expulsão de trabalhadores de 15 fazendas que dizem ter sido invadidas na região. Pediam também proteção da polícia na defesa de suas propriedades e o apoio e a intervenção do Governo para a continuação do GETAT naquela região.

Cafeteira se recusou a aceitar esses pedidos dos latifundiários e da UDR, dizendo que a sua polícia não irá atirar e reprimir os lavradores e até mesmo impedir as invasões de terra. Afirmou o Governador: "Se está havendo invasões, só a justiça pode determinar o que deve ser feito. O que eu não vou permitir é que proprietários chamem a polícia e façam com que o delegado saia por aí distribuindo justiça a seu modo". Advertiu, porém, que a ação policial contra lavradores só será possível por determinação da Justiça. Mesmo as-

sim, preferiria "conseguir recursos e desapropriar a terra, porque meus princípios não vão permitir jamais que eu acione a polícia contra pessoas do povo. Prefiro deixar o cargo a ter que autorizar a polícia a atirar contra lavradores".

Nesse primeiro enfrentamento, os latifundiários e a UDR da região tocantina, que vem inventando "invasões de terra" para justificar repressão e expulsão contra lavradores, sofreram uma amarga derrota política. Para os lavradores do Maranhão essa foi uma importante vitória.